JORNAL DOS
Trabalhadores

ANO I | Nº 21 | Quinzenal | 28/4 a 18/5 de 1983 | Cr$ 80,00

Recado do Lula

Pressão direta

Já está andando no Congresso o projeto do Governo para aprovar o decreto-lei 2012, de arrocho salarial.

O decreto piora ainda mais a política salarial imposta pelo Governo, que só defende os interesses dos patrões, e explora ao máximo os trabalhadores.

Por isso, a classe trabalhadora precisa derrubar esse decreto. E para derrubá-lo, precisa usar de toda a sua força de pressão.

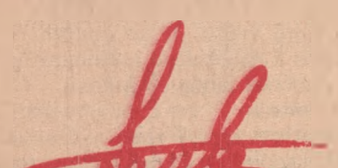
Uma das formas é usar a pressão sobre os congressistas.

A bancada do PT sempre foi contra o decreto-lei de arrocho salarial, e vai votar contra ele.

Mas os trabalhadores que votaram em candidatos do PDS, do PMDB, do PDT e do PTB devem agora cobrar as promessas dos seus eleitos.

Devem pressionar os depudos do PDS para que não cumpram a orientação do Executivo. Devem forçar os deputados do PMDB a não faltarem no dia da votação e não facilitarem, assim, a aprovação do decreto por decurso de prazo. Devem cobrar a coerência dos slogans eleitorais dos deputados do PDT. E, dos deputados do PTB, os trabalhadores devem perguntar se eles foram eleitos para fazer acordos com o Governo.

Mas as pressões sobre os congressistas só vão funcionar se forem respaldadas por grandes manifestações de massa, nas fábricas, nos sindicatos, nas ruas e nas prças. E estão aí os encontros intersindicais como ótimas oportunidades para a classe trabalhadora repudiar o arrocho com a força da sua pressão direta.



Aumentam as manifestações contra o arrocho salarial e o desemprego, como as de abril em São Paulo. Foto: Juca de Oliveira/Agência F/4

Cresce a luta contra o 2012

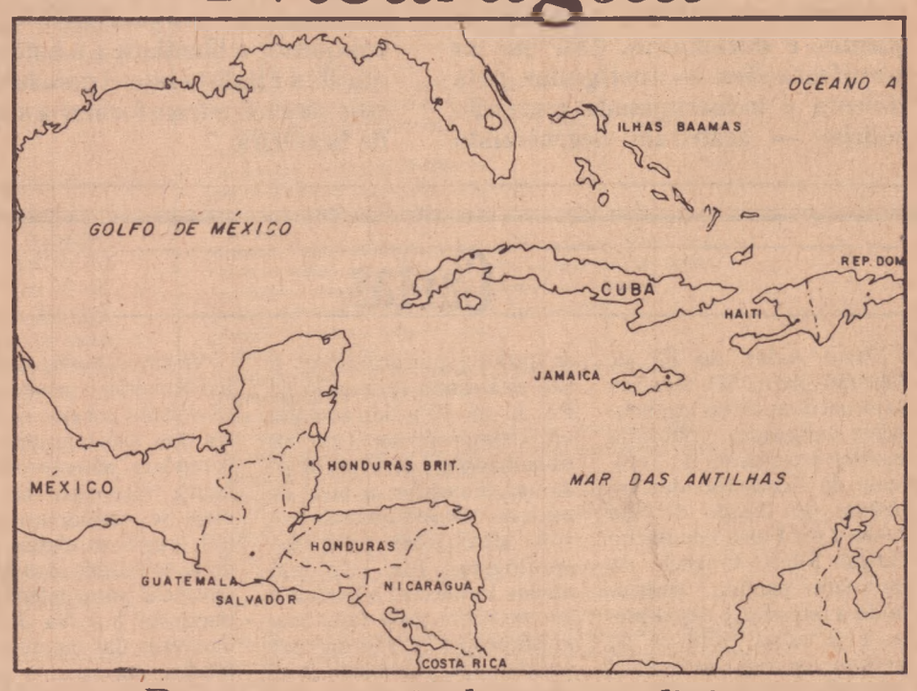
No Primeiro de Maio, nos congressos e assembléias, os trabalhadores se mobilizam P.6

Rumo ao Conclat

As bases pressionam a Pró-CUT

P. 6

Nicarágua



Reagan tenta isolar os sandinistas

P. 2

Editorial

As Manifestações

As lições que devemos tirar das manifestações populares de abril

P. 2

Anna, uma candidata

P. 7

Diadema: o balanço da gestão

P. 3

Deputados dizem o que fazem

P. 5

O PT e a explosão popular

Última

Santarém: povo apoia seu líder

Última

PT prepara o seu II Encontro Sindical

P.5

Editorial

Manifestações Populares

As manifestações populares contra o desemprego e contra a miséria, que abalaram São Paulo na primeira semana de abril, devem constituir séria lição ao Governo Federal e aos Governos Estaduais, quer eleitos pelo PDS, quer pelo PMDB ou PDT.

O desemprego e a miséria não nasceram ontem. A política de arrocho salarial imposta pelo Governo em benefício dos patrões vem oprimindo os trabalhadores há muitas décadas, e se intensificou nos últimos meses, graças à política econômica entreguista do Executivo Federal. As demissões em massa, agravando o desemprego e o subemprego crônicos que caracterizam a economia brasileira, começaram a ser postas em prática pelos empresários grandes e pequenos já em 1979.

Mas tanto o Governo quanto os patrões nunca se preocuparam em encontrar soluções para esses problemas. Ao contrário. Fingiram que não ouviram, primeiro as advertências, depois os protestos, dos trabalhadores, de seus sindicatos e de seus partidos. E fizeram pior. Foram aumentando o arrocho salarial, foram aumentando o desemprego, foram apertando o cinto do trabalhador. Até que esse estourou. E só aí os Governos e os patrões se sentiram assustados e começaram a dar mostras de preocupação. Embora, até o momento, não tenham oferecido qualquer solução prática, nem para afrouxar o arrocho salarial, nem para diminuir o desemprego. E nem vão oferecer.

Essa é a primeira lição que se deve tirar das manifestações populares da primeira semana de abril.

E essa primeira lição, em poucas palavras, se resume no seguinte: se o Governo e os patrões não encontram soluções, os trabalhadores acabarão as encontrando pelas próprias mãos.

A segunda lição dos acontecimentos também pode ser expressa em palavras curtas e simples: a classe trabalhadora não pode continuar como está, pouco mobilizada e bastante desorganizada. O aproveitamento das manifestações populares por parte de agitadores profissionais de direita — que ficou evidente a partir dos primeiros dias — só foi possível porque as organizações sindicais e político-partidárias que poderiam defender os interesses dos trabalhadores não tiveram suficiente força para dirigir o movimento no caminho de conquistas sociais, econômicas e políticas mais consequentes e duradouras. Daí que as manifestações — instigadas pela violenta e indiscriminada repressão policial — acabaram degenerando em meras depredações de vitrines de lojas comerciais, o que, evidentemente, não é, no momento, o objetivo fundamental da classe trabalhadora.

Assim, é cada vez mais urgente que a classe trabalhadora prossiga nos seus esforços de se organizar, de forma poderosa e duradoura, aproveitando toda a força potencial de que os acontecimento de abril foram uma amostra, embora pequena, e de certa maneira deturpada.

Uma terceira lição também pode ser extraida dos acontecimentos: manifestações populares como as que ocorreram em São Paulo — e, de forma tentativa, em alguns outros pontos, como no Rio — servem, também, para pôr à mostra a real conduta das forças políticas que representam, dizem representar, procuram manipular, ou se confrontam com, a classe trabalhadora.

Os episódios de São Paulo foram claríssimos nesse ponto: o Governo Montoro — que baseara toda sua campanha eleitoral na utilidade do voto em quem tinha competência e estava preparado para governar — demonstrou de chofre que só está preparado para governar nos moldes tradicionais dos partidos da Burguesia: transformou a questão social num caso de polícia, como teria feito Washington Luiz há mais de cinquenta anos atrás. Não foi capaz de perceber de imediato do que se tratava, e de negociar, com as forças populares, conquistas sociais, econômicas e políticas a que os trabalhadores têm legítimo direito. Quando entrou em cena, foi para aumentar a violenta repressão policial.

À incompetência somou-se o oportunismo. Forças políticas que, por razões meramente táticas, apoiam o Governo Montoro, tranformaram de repente essa tática em estratégia e programa, e procuraram desviar a força virtual da classe trabalhadora em ação para complicadíssimos e pretensos raciocínios políticos, em que o eixo central era a necessidade de evitar a "desestabilização" do PMDB no Poder. Ora, isso é supor que para os dois milhões e meio de trabalhadores desempregados ou sub-empregados paulistas, a questão central, naquele momento, não era obter emprego, mas sim preocupar-se com a imagem pública mais ou menos maculada do governador e de seus mais diletos auxiliares...

Para os trabalhadores brasileiros, a questão central, no momento, é esta: mobilizarem-se, organizarem-se, para conquistar a liberdade e a autonomia que lhes é indispensável para lutar por seus direitos e transformar a sociedade brasileira.

Internacional

Quem ataca a Nicarágua

O Governo de Reagan usa tudo para destruir os sandinistas

Nos últimos dias de março, grupos contra-revolucionários começaram a realizar ações armadas dentro do território da Nicarágua. Os contras, como esses grupos são chamados pelo povo nicaraguense, entraram no país pelo norte, vindo do território de Honduras. A maioria das ações ficou mesmo na região da fronteira, mas uma delas foi realizada na área da cidade de Matagalpa, que fica só a uns 100 quilômetros da capital, Manágua.

Guerra dos EUA

Esses ataques, na realidade, são mais uma etapa da guerra imperialista que o governo dos Estados Unidos está fazendo contra os povos da América Central. A etapa atual da guerra foi decidida pela alta cúpula da Casa Branca, em abril do ano passado. Naquela época, a política norte-americana em El Salvador tinha acabado de sofrer uma séria derrota. A ultra-direita tinha vendido as eleições. Ronald Reagan teria preferido a vitória de correntes de direita mais moderadas. Ele acreditava que essas correntes poderiam tirar as bases da guerricha através da aplicação de uma série de reformas sociais. Mas com a vitória da ultra-direita, os norte-americanos precisavam rever seus planos para a América Central. E na revisão foi decidido que o Governo dos Estados Unidos, através da CIA (a famigerada Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos), daria dinheiro, armas e treinamento para os grupos nicaraguenses dipostos a lutar contra o Governo sandinista.

Dois grupos

Os grupos anti-sandinistas são dois. O mais ativo, atualmente, e certamente o mais forte, é a chamada Frende Democrática Nicaraguense (FDN). O núcleo principal e também a maior parte dos contingentes armados da FDN são formados por elementos da antiga Guarda Sandinista em 1979. Mas como a Guarda Nacional era impopular demais, a FDN colocou na sua direção 5 empresários e profissionais liberais menos comprometidos com o antigo ditador, ao lado de três ex-oficiais somozistas.

O outro grupo anti-sandinista é a chamada Aliança Revolucionária Democrática (ARDE).

É liderada pelo empresário Alfonso Robelo, que fez parte da Junta de Governo que assumiu logo depois da queda de Somoza, e por Edén Pastora, também conhecido como Comandante Zero, que chefiava um dos grupos da Frente Sandinista durante a guerra contra a ditadura.

Os dois romperam com o Governo sandinista e até recentemente declaravam que jamais se aliariam a antigos membros da Guarda Nacional. Mas nos últimos tempos, a FDN tem feito um esfroço muito grande para atraí-los para um acordo de colaboração mútua. A ARDE tem um emissora de rádio clandestina, como também tem a FDN.

O Congresso

Um dos maiores obstáculos que o Governo de Reagan está ameaçado de encontrar pela frente, nessa guerra contra a Nicarágua, é o Congresso dos Estados Unidos.

Para conseguir a primeira verba de 19 milhões de dólares para armar os contras, em abril do ano passado, Reagan disse aos senadores e deputados que o dinheiro era para realizar ações que impediriam a Nicarágua de fornecer armas à guerrilha de El Salvador.

Querendo garantir que o dinheiro seria mesmo usado só para isso, os senadores e deputados só aprovaram a verba naquela época com a condição de ela não ser usada para desestabilizar o Governo sandinista da Nicarágua.

Mas agora eles estão descobrindo que Reagan não só mentiu para o Congresso e desrespeitou uma condição imposta por ele, como também já mandou para os contras mais uma verba de 11 milhões de dólares. Por isso, já tem deputados e senadores nos Estados Unidos tentando criar dificuldades para Ronald Reagan continuar com sua política de escalada militar na América Central.

Interferência

No campo de batalha, os contras conseguiram um grande avanço ao conseguir estabelecer algumas bases no norte da Nicarágua, junto da fronteira com Honduras. Mas ainda estão longe de representar uma ameaça real para o Governo sandinista.

A imprensa conservadora dos Estados Unidos tem até falado que os sandinistas estão exagerando quando denunciam uma invasão da Nicarágua por agentes da CIA. Certamente pode-se dizer que há exagero no sentido de que os contras ainda não têm propriamente um controle sobre qualquer pedaço do país.

Mas, por outro lado, não há exagero, nem dá para ter, na denúncia de que se trata de uma interferência militar dos Estados Unidos na Nicarágua.

A greve geral na Argentina

Uma greve geral que atingiu a 90% dos trabalhadores, seguida, dias depois, de uma passeata de dez mil pessoas, marcou a passagem de março para abril na Argentina.

Os trabalhadores argentinos reivindicam aumento de salários, "paz, pão e trabalho" e, em última instância, o fim da ditadura militar.

A greve foi convocada pelas duas centrais sindicais (a CGT da rua Azopardo, moderada, e a CGT da rua Brasil, também chamada CGT-República Argentina, ou CGT-Brasil, combativa). A paralisação foi convocada para ser uma "greve matera", isto é, para que os trabalhadores ficassem dentro de casa, tomando mate, e não fossem às fábricas fazer piquetes, para evitar a repressão.

Antes da greve do dia 28 de março, as duas CGTs argentinas haviam feito greve semelhantes no dia 6 de dezembro.

Israel — O primeiro-ministro de Israel, Beguin, sofreu uma derrota política com a eleição de Haim Herzog para a Presidência do Estado.

Herzog, de 64 anos, é diplomata, militar, advogado e jornalista e é deputado do Partido Trabalhista de Israel.

O candidato derrotado, situacionista, era Menachem Elon. A eleição foi indireta, atraves do Parlamento.

Chile — O Comitê de Defesa dos Direitos do Povo do Chile edita mensalmente o boletim Codepu, que reune contribuições de todos os setores que se opõem ao governo militar do general Augusto Pinochet.

O Boletim traz informações sobre a grande manifestação do dia 15 de dezembro passado, em Santiago, em protesto contra a política econômica do regime de Pinochet e exigindo o retorno das liberdades democráticas ao Chile. Mais de 5.000 pessoas participaram dessa manifestação, que por mais de três horas percorreu as ruas centrais de Santiago. A polícia atacou os manifestantes, prendendo mais de duzentos. Manifestações semelhantes aconteceram em outras cidades nesse mesmo dia, também com repressão policial.

América do Sul — Vinte partidos políticos estiveram presentes à III Reunião das Forças Políticas do Sul da América nos dias 29 e 30 de janeiro, em La Paz, (Bolívia), para analisar a situação política do continente e o avanço das lutas populares contra as ditaduras militares existentes nesses países.

Estiveram presentes nesse encontro a Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Equador, Peru e Uruguai.

No Brasil o PDT e o PT foram os únicos partidos presentes.

Na declaração divulgada pelo Encontro foi saudada a recente democratização da Bolívia e assinalada a força dos movimentos populares da Argentina e do Uruguai na luta contra as ditaduras.

Os presentes consideraram como positiva a maioria de votos que o povo brasileito deu às oposições em 15 de novembro. Por outro lado a declaração de La Paz vê com preocupação as perseguições que o Governo brasileiro faz a setores da Igrja, a jornalistas, a deputados, a líderes sindicais e aos trabalhadors rurais.

O documento expressa a solidariedade dos partidos presentes à reivindicação argentina pela posse das Ilhas Malvinas. Foi também ratificada a solidariedade, já aprovada no encontro anterior, aos povos de El Salvador e da Guatemala. Os presentes alertaram a possibilidade de intervenção dos Estados Unidos na Nicarágua, com o auxílio dos militares que estão no poder em Honduras.

Representantes do Peru e do Equador expressaram preocupações com os respectivos governos, que encontram uma forte resistência nacional, colocando em risco os avanços democráticos poe elas alcançados.

O documento do encontro vê como positivo o reconhelcimento, por parte da Bolívia, da Organização para Libertação da Palestina (OLP), o reconhecimento da República Saharaui e o restabelecimento de relações diplomáticas com Cuba e Nicarágua.

Os partidos políticos presentes aprovaram as resoluções do Encontro de Economistas do Cone Sul, realizada em La Paz nos dias 11 e 12 de dezembro. Essa reunião afirmou a necessidade de os países da América Latina renegociarem suas dívidas externas conjuntamente, elaborando um plano contra a atual crise econômica.

Como fruto desse encontro foi criadas a Associação Latinoamericana da América latina (Copppal)

Comissão — Foi criada no dia 12 de dezembro, em Paris, a Comissão Internacional de Inquérito encarregada de investigar a situação dos direitos humanos na Polônia. A Comissão foi formada ao final da Conferência Internacional de Paris, que contou com a participação de representantes de forças políticas de 28 países, inclusive do Brasil. Essa comissão tem como atribuições reunir todos os testemunhos relativos aos atentados às liberdades na Polônia, publicar os fatos que chegam ao seu conhecimento e realizar uma viagem à Polônia para estabelecer os contatos necessários à verificação dos fatos. Os interessados em auxiliar os trabalhos da Comissão, inclusive através de auxílio financeiro, deverão entrar em contato com Dr. Jean Louis Le Guay, 82, Rue D'Alesia. 75014 Paris.

Cartas

David Aidar, do PT de Ribeirão preto, SP, escreveu ao jornal duas cartas legitimamente indignadas, criticando recentes declarações do presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Luiz Eulálio de Bueno Vidigal Filho. O chefe do patronato paulista, comentando a recessão, o desemprego e a nova política de arrocho salarial, defende a supressão dos 10% além do INPC nos reajustes salariais. Dadiv Aidar, condenando essas declarações, diz: "A crueldade da afirmação só se explica pela ótica do capitalismo desumano. Para o coração endurecido de Vidigal, cujo consumismo deve queimar três salários-mínimos em simples passeios de fim de semana, homens e mulheres que vendem a força de trabalho por tão pouco, de tão miseráveis e de nada consumir além do pão que os mantém vivos, permanecam à margem das preocupações dos que manipulam os números salariais... Se um dia o trabalhador brasileiro decidisse tomar nas mão o destino da comunidade com a mesma determinação com que empunha a alavanca e a enxada, a caneta ou o bisturi, os vidigais de trezentos salários se sentiriam mais perdidos na Nova Terra do que o ET em sua curta passagem por este mundo".

* * *

"A luta interior dá força e vitalidade ao PT. A melhor prova da fraqueza de um Partido é sua posição difusa e a extinção de fronteiras nitidamente traçadas. O partido se fortalece purificando-se. E isto está sendo necessário no PT. Já que o Partido assumiu um compromisso com os trabalhadores deve aprofundar as discussões a nível de núcleos, internúcleos e diretórios, discussões políticas-ideológicas, que isso sem dúvida fortalecerá o Partido e ao mesmo tempo fará uma purificação (...) Não dá para acreditar na puerilidade com que são tratadas as propostas dos companheiros de base, sendo taxados de organizados, grupeiros, radicais, etc. Assim fica difícil de entender tamanha discrepância, quando estes elementos citam discursos de candidatos do PT, de abstratos por estar implícito no mesmo a proposta de socialismo, sendo que esta é uma bandeira levantada pelo Partido e está inserida na Carta eleitora. Não é lícito fazer citações menos nobres, em se tratando de trabalhadores. Por isso, não fica bem para nós usarmos táticas de caça às bruxas. Deixemos estas funções policialescas para os órgãos de repressão da burguesia, Ex.: DOPS, SNI, etc."

Antonio Miranda dos Santos, São Paulo, SP

* * *

"É realmente muito oportuno o slogan "Fraternidade sim, Violência não" da Campanha da Fraternidade, instituída pela CNBB, para o ano de 1983. Porém, torna-se muito mais oportuno distinguirmos quem contribui para a fratrnidade e quem contribui para a violência em nossa sociedade subdesenvolvida.

Vivemos numa sociedade, fundamental e inevitavelmente violenta por que os interesses dos vários grupos que a compõem são reconhecidamente inconciliáveis. Ainda mais se considerarmos que um grupo ou alguns grupos dessa sociedade se utilizam da violência para defender seus interesses (...) Na defesa de interesses das empresas capitalistas nacionais e internacionais, generais golpistas nacionais e internacionais, generais golpistas da América latina utilizam-se de armas militares para atacar o povo. Políticos e ministros agem no interesse dessas empresas em prejuizo da população. Os serviços de segurança perseguem, torturam e matam os que são contra essa política da burguesia. A polícia e o exército perseguem e reprimem os trabalhadores que reivindicam melhores condições de trabalho e de vida. Como resultado, a maioria do povo da América Latina é expropriada dos resultados de seu trabalho, não podendo gozar dos benfícios da civilização moderna e de uma sociedade democrática (...) Façamos votos, pois, que o slogan "Fraternidade sim, Violência não" sensibilize, principalmente, todos aqueles que são responsáveis poe estas violências descritas acima, para que seja dado um passo para evitar outros tipos de violência que caracterizam a nossa sociedade dividida em irmãos ricos e irmãos pobres".

Isaac Levis, Manaus, AM

JORNAL DOS Trabalhadores

Órgão oficial do Partido dos Trabalhadores — PT • Nacional • Quinzenário • Reg. 055615/82, Publicação da Universal S/C Ltda. (CGC: 47.826.904/0001 (34). Redação e Administração — Rua Andréa Paulinetti, 558, CEP 04707 — São Paulo — SP — Brasil Tel.: 531-0618.

Editor responsável: Perseu Abramo (reg. prof. 5436, mat. sind. 1085). Administração: Francisco Rodrigues Martins, Departamento Jurídico: Luiz Eduardo Greenhalgh. Composição, Fotolito e Impressão. Rua Arthur de Azevedo, 1.977 — Fones: 212-5061 e 814-4046.

Diadema vive seus problemas

O PMDB, em acordo com o PDS, tenta sabotar a administração petista

OSVALTENI PEREIRA BRITO

Gilson Menezes, prefeito do Partido dos Trabalhadores no Município de Diadema, na região do ABCD, em São Paulo, faz um balanço político-administrativo desse início de mandato apresentando os projetos já iniciados em sua administração.

Ele também conta como foi conseguido o congelamento dos preços das passagens de ônibus no Município.

Saúde e Educação

Uma prioridade de Gilson Menezes é o setor de saúde. Gilson promete não evitar esforços para reduzir ao máximo os altos índices de mortalidade infantil do Município.

Para isso, já foi iniciada a construção de novo prédio do Instituto Médico Legal, atualmente funcionando em local impróprio para suas atividades e em condições precárias, inclusive de pessoal, já que os médicos que trabalham no IML de Diadema não são contratados pelo Município.

Foi também iniciada a construção de um novo posto de saúde e de um novo pronto-socorro municipal, que deverão estar concluídos no final de julho, com capacidade de atender o dobro de pacientes atendidos atualmente.

A educação é outra prioridade do prefeito petista e já está anunciada a construção de uma nova pré-escola, que vai dobrar o número de vagas.

Como as verbas são poucas, procura-se reduzir os gastos onde for possível.

Uma solução encontrada para contornar a falta de verbas da Prefeitura diz respeito às empreiteiras. Segundo Gilson, a Prefeitura evitará ao máximo a contratação de empreiteiras para a realização de obras. O pronto-socorro, a creche, a pre-escola e o prédio do IML estão sendo construídos com pessoal próprio da Prefeitura. Dessa forma, o prefeito do PT pretende utilizar o que seria o lucro dos proprietários das empreiteiras na contratação de mais pessoal e na realização de mais obras.

Funcionalismo

Gilson Menezes enviou à Câmara Municipal um projeto de aumento do funcionalismo público municipal em que os salários mais baixos tiveram até 16% de reajuste acima do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

O projeto foi aprovado por unanimidade.

Com o reajuste que será concedido em setembro, a Prefeitura de Diadema estará, na prática, adotando o critério de aumentos semestrais.

As dificuldades

A grande dificuldade que a Prefeitura de Diadema enfrenta no momento, está nos reparos aos estragos feitos pelas enchentes. A falta de máquinas da Prefeitura força a contratação de empreiteiras para a realização desses serviços.

Por isso — reclama Gilson — fomos obrigados a contratar uma empreiteira em caráter de urgência para reconstruir um trecho de uma avenida bastante movimentada. Fomos criticados por esse ato, mas entendemos que, se houve algum erro, procuramos apenas diminuir os transtornos causados à população".

Já desde a posse, Gilson vem experimentando a oposição que o PTB, o PMDB e o PDS prometem fazer à administração do PT.

O PT, com 6 vereadores, possui a bancada majoritária mas ficou sem nenhum representante na mea da Câmara porque o PDMB (5 vereadores), o PTB (5 vereadores) e o PDS (1 vereador) recusaram-se a entregar a presidência da mesa ao PT e numa coalizão entre esses três partidos a presidência da câmara ficou com o PMDB. Dos seis cargos que compõem a mesa, dois ficaram com o PMDB, três com o PTB e um com o PDS.

Paulo Afonso, empossado vice-prefeito, vê a exlusão do PT na mesa da Câmara Municipal de Diadema como uma demonstração das dificuldades que existem em aceitar a participação da classe trabalhadora no poder.

Depois de longas discussões sobre a composição da diretoria dos departamentos, (segundo a lei, somente os municípios com mais de 300 mil habitantes podem ter secretarias. Diadema possui em torno de 350 mil, mas não está confirmado pelos dados do IBGE), por votação, foi delegado ao prefeito eleito que escolhesse o seu quadro de colaboradores. Para os 10 escolhidos, que tiveram seus nomes apontados nas discussões, Gilson diz que aplicou dois critérios para suas indicações: o critério político e o critério técnico. Como critério político, a condição básica era que os colaboradores fossem militantes do Partido dos Trabalhadores. O critério técnico teve como objetivo avaliar a capacidade individual de cada colaborador bem como o estudo de seu currículo para verificar sua capacidade profissional.

Gilson e seus auxiliares sentem a falta de verbas. Foto: Ruy P. Teixeira

Auxiliares

São esses os 10 auxiliares de Gilson Menezes: Ami Antonio Khair (Planejamento); Antonio Geraldo Justino (Educação); José Augusto Silva (Saúde). Ivan Russef (Administração); Jorge Flores (Promoção Social), Júlio Monandi (Obras); Juraci Magalhães (Diretor de Gabinete — É também suplente a deputado estadual e foi candidato a deputado estadual mais votado no município); Paulo Afonso (jurídico - É também o vice-prefeito); Pedro Domingues (Finanças) e Pedro Luis Benedito (Serviços Urbanos). Foi dada prioridade aos elementos residentes em Diadema.

Quando o prefeito nomeou seus auxiliares, o PTB, o PMDB e o PDS uniram-se novamente contra a administração petista. Os três partidos tentaram impugnar dois nomes apresentados por Gilson Menezes e aprovados em amplas discussões com a população. Pedro Luiz Benedicto, que dirige o Departamento de Serviços Urbanos é economista e não engenheiro, como pede a lei municipal. Pedro Alves Domingues, do Departamento de Finanças, também foi vetado, apesar de a lei não exigir nenhum título específico para o cargo que ocupa.

Para Gilson, essas impugnações são de caráter elitista.

"A tentativa de impugnar o nome de Pedro Luiz é parte das perseguições sofridas pelos trabalhadores. Pedro Luiz foi coordenador de segurança de empresas e encontrava-se deempregado, vítima de perseguições políticas. Esse problema esta solucionado — afirma Gilson — já que la lei municipal permite ao prefeito nomear diretamente seus auxiliares, em caráter provisório."

Participação popular

A esperada participação popular na Administração do PT dá seus primeiros passos.

Para Gilson, a formação imediata de Conselhos Populares, sem que a população tenha se mobilizado suficientemente para isso, abriria espaços para que grupos controlassem esses Conselhos, visando interesses particulares.

"Por isso — continua Gilson — estamos fazendo um trabalho inicial de conscientização e de participação aberta. Estão acontecendo reuniões em bairros, organizadas por vereadores do PT. Nessas reuniões o processo de participação popular através do Conselho é apresentado e discutido pelos presentes."

Gilson entende que os Conselhos precisam nascer da organização popular com total liberdade e autonomia. Para o prefeito do PT é essa autonomia que permitirá à população reivindicar, pressionar participar e fiscalizar a administração pública.

O PMDB e o PTB estiveram nos primeiros encontros mas depois deixaram de participar. Gilson acredita que esses dois partidos abandonaram esse trabalho com medo de que a idéia dê certo e depois sejam obrigados a implantá-la nos locais onde seus partidos tem a Prefeitura. Gilson lamenta que esses partidos tenham abandonado o trabalho que visa criar os Conselhos Populares. Segundo o prefeito de Diadema, elementos ligados ao PTB e ao PMDB andam acusando a formação dos Conselhos como meios de usar a população com interesses políticos, como obra de comunistas e que pode, a qualquer momento, haver uma intervenção da polícia.

Favelas

Todas as segundas-feiras, são realizadas reuniões no Anfiteatro da Prefeitura, onde se discute o projeto de urbanização das favelas (a maioria da população de Diadema mora em favelas).

Participam desses encontros representantes das favelas, arquitetos e engenheiros da Prefeitura. O plano de urbanização está sendo discutido conjuntamente. Gilson entende que dessa forma haverá uma concientização tanto da administração pública, como da população, para resolução dos problemas.

Verbas

Se por um lado Diadema apresenta grave problemas de infra-estrutura, outro problema sério para Gilson Menezes e seus auxiliares é o pequeno orçamento disponível para a Prefeitura. Dos 7,6 bilhões de cruzeiros que a Prefeitura dispõe, 50% está comprometido com o pagamento do funcionalismo. Mais 20% será destinado ao pagamento de desapropriações realizadas na administração anterior. Das 30% restantes, 15% será destinado ao pagamento de juros e contas assumidas também pela administração anterior com a construção de praças no centro de Diadema. Como se vê, resta muito pouco em termos orçamentários. 450 milhões de cruzeiros não cobrem as despesas de manutenção e conservação do Município.

Lei absurda

Além disso, o ex-prefeito Lauro Michels, duas semanas antes de terminar seu mandato, enviou à Câmara onde foi aprovado um projeto de lei que ficou conhecido como a "Lei do Cartão de Residência". O projeto permite que as empresas sediadas no município de Diadema que tiverem apenas funcionários residentes no município (a Prefeitura ofereceria esse cartão residência) ficam isenta de ISS (Imposto Sobre Serviços) e do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano). Essa insenção para as empresas representa um rombo de mais de um bilhão de cruzeiros no orçamento da Prefeitura. Para Gilson de Menezes essa lei cria problemas quase insolúveis para sua administração. Paulo Afonso, o vice-prefeito, aponta mais alguns problemas criados pela "Lei do Cartão de Residência". Em primeiro lugar, estimula o desemprego, uma vez que não obriga as empresas a contratarem outros funcionários para as vagas daqueles que forem dispensados por não residirem no Município. Em segundo lugar, esse sistema de identificação pode ser falsificado com facilidade e em terceiro lugar a administração do Partido dos Trabalhadores não é favorável a nenhum tipo de lei que crie problemas para a classe trabalhadora em geral.

Vitória contra o aumento!

Assim que Gilson assumiu a Prefeitura, as empresas de ônibus do Município pediram aumento nos preços das passagens, a exemplo do que tinha acontecido em São Paulo.

"Sempre foi assim — explica Gilson — aumentam os preços das passagens em São Paulo e logo depois os empresários pedem aumento de preços em Diadema".

O prefeito petista não concordou com o pedido de aumento e exigiu que as empresas apresentassem suas contas para, depois de feitos os cálculos, saber se eles tinham razão em pedir aumento das tarifas.

Enquanto a Prefeitura estudava as contas apresentdàs pelas empresas, Gilson recebeu abaixo-assinado com seis mil assinaturas contra o aumento das passagens. Depois dos cálculos feitos e já considerado o novo preço do petróleo, Gilson observou que as empresas estavam alcançando grandes lucros e que poderiam até, reduzirem os preços das passagens.

Gilson recusou o pedido de aumento feito pelos empresários e pediu ainda que os preços fossem abaixados. Os empresários resistiram à idéia de baixarem os preços, mas desistiram do aumento. Gilson insistiu na proposta de abaixar os preços e os empresários prometeram melhorar os serviços de transportes do Município com a colocação imediata de mais 11 ônibus na linha e deram garantias ao prefeito petista de que comprarão 15 novos ônibus, melhorando os serviços prestados à população.

A Prefeitura fiscaliza o cumprimento do acordo pela melhora dos transportes coletivos em Diadema e voltará a conversar novamente com os empresários a partir de maio, data final do congelamento dos preços das passagens.

Os Conselhos Populares

O primeiro Conselho Popular de Diadema surgiu quando cerca de 150 moradores do bairro Eldorado se reuniram, por iniciativa própria, para discutir o assunto. Além do próprio Gilson e de diretores já então indicados para a Prefeitura, a reunião contou também com a participação do presidente do Conselho Comunitário do Conjunto Habitacional Castelo Branco, de Carapicuiba.

Os moradores decidiram que o Conselho Popular do bairro Eldorado terá como tarefa fundamental reivindicar junto ao Executivo benefícios como pavimentação de ruas, melhoria dos transportes coletivos, instalação de pronto-socorro, telefones públicos, criação de creches e escolas, entre outras necessidades prioritárias da comunidade local.

Fernando Fernandes Neto, umdos representantes dos moradores, foi categórico ao afirmar que a criação do Conselho Popular visa, antes de mais nada, "eliminar as frias decisões de gabinete", dentro da própria filosofia divulgada pelo Partido dos Trabalhadores, durante a campanha eleitoral. "Queremos cobrar do prefeito a realização daquilo que a população julgar mais importante" — ressaltou o morador.

Gilson Menezes, por sua vez, afirmou que o exemplo do bairro Eldorado deverá ser seguido por todos os outros bairros de Diadema, acrescentando que sua maior preocupação é que os conselhos sejam autônomos, independentes e organizados pela própria população, sem quaisquer vinculos com partidos políticos.

"Minha presença nessa reunião — disse o prefeito do PT — visa apenas incentivar os próprios moradores de Eldorado a se organizarem em torno de Conselhos, forma pela qual terão condições de pressionar o Eecutivo a realizar benfeitorias para o bairro, além de fiscalizar os atos da administração".

Gilson Menezes destacou, ainda, que os Conselhos Populares deverão reunir-se para estabelecer prioridades administrativas ao Município, sem esquecer, todavia, as prioridades de seus próprios bairros. No caso do Conselho Popular do bairro Eldorado, ficou estabelecido que essas prioridades serão apontadas por representantes que ficarão encarregados pelos setores de Transportes, Saúde, Educação, Alimentação, Saneamento básico e lazer.

Palanque

Parabéns!

O "Estadão" está de parabéns pelos serviços prestados à repressão policial e política no País!

Na sua edição de 31 de março — não por acaso a data em que os generais comemoram a sua "revolução" — o "Estadão" dedou o combativo líder sindical Jair Meneguelli, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema. Acusou Jair de ter insultado o presidente da República e deu enorme destaque à dedação, dentro e na primeira página. Nos dias seguintes, insistiu na dedação e fez outras provocações.

O grupo 14 da FIESP ficou contentíssimo. O diretor do DOPS paulista também. Chegou a dizer que, se quisesse, poderia enquadrar o metalúrgico na Lei de Segurança Nacional somente baseado no artigo do "Estadão".

Um estilo

Semanas antes, o "Estadão" havia acusado os petistas de terem feito o quebra-quebra de ônibus contra o aumento das passagens.

O jornal disse que a acusação foi feita pelo diretor de uma empresa de ônibus. Deu a frase mas, nesse caso, não deu o nome do diretor da empresa que teria dito a frase.

Essa é a noção de ética jornalística que eles têm.

De duas uma: ou o tal diretor existe, e o "Estadão" faz questão de preservar o patrão mas faz questão de dedar os trabalhadores; ou não existe, e foi o "Estadão" que inventou a acusação.

Também semanas antes — e na mesma linha — o "Estadão" dedou como esquerdista a pessoa escolhida para dirigir a Eletropaulo, horas antes da nomeação. Com a dedação, naturalmente a pessoa não mais foi escolhida, apesar dos esforços em contrário da Administração Montoro.

Se o "Estadão" continuar nesse estilo, os leitores vão começar a sentir saudades da "Folha da Tarde" dos anos setenta...

Prato cheio

Aliás, os outros órgãos da chamada Grande (e Responsável) Imprensa naturalmente se esbaldaram com o prato feito que lhes foi oferecido pelo "Estadão".

No mesmo dia da dedação, a Rádio Joven Pan se apressou em botar no ar a "notícia" de que havia um mandado de prisão contra Jair.

Mentira, é claro. A Joven Pan foi a Rádio que, durante a campanha eleitoral, passou o tempo todo irradiando mentiras e calúnias contra os candidatos petistas.

E, dias ants, o "Folhão" havia tentado criar uma confusão semântico-jurídico-administrativo-policial entre o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema e o presidente do Partido dos Trabalhadores. Embora clássica, a provocação não surtiu efeito, talvez por falta de competência... E depois o "Folhão" vem falar em "espanto" e "irresponsabilidade".

Enfim, um prato cheio para os meios de comunicação de massa. Enquanto isso, naturalmente, o prato dos trabalhadores continua vazio.

Mentes, corações e bolsos...

Aliás, essa questão do prato cheio ou vazio é o X do problema.

O "Estadão" — e os outros jornalões também — não se conformam com o fato de que os trabalhadores brasileiros não ficaram satisfeitos e eufóricos com o decreto 2012 — de arrocho salarial — que o presidente da República enviou ao Congresso.

Há meses o "Estadão" vem tentando demonstrar que o fato de os trabalhadores pasarem a ganhar menos que o custo de vida, menos que a inflação, menos que o INPC, menos que no ano passado, enfim, menos tudo, é ótimo para os trabalhaldores!

Os que pensam diferentemente, claro, são irresponsáveis... E os que tentam alertar os trabalhadores para o fato de que eles estão sendo esbulhados e escorchados, esses, então, são, além de irresponsáveis, perigosos subversivos.

A nova lei salarial, para o "Estadão", só tem um defeito: continua prevendo reajustes semestrais. No dia em que essa liberalidade acabar, e o reajuste voltar a ser anual, ou for bi-anual, ou, quem sabe, decenal, aí o "Estadão" por certo vai comemorar a vitória com uma nova marcha "com Deus e com a família" pelas ruas da cidade.

E todos viram o que o "Estadão" e outros jornais fizeram com as manifestações contra o desemprego.

Os jornais ficam procurando pelo em casca de ovo, quando se trata de acusar trabalhadores e líderes sindicais.

Dos líderes sindicais, aliás, os jornalões só gostam quando recebem telegramas de solidariedade por causa pros processos contra "a liberdade de Imprensa". Aí publicam os telegramas com destaque, sem tirar uma vírgula. Nem colocar.

Lembretes...

Dedações contra líderes sindicais, dedações contra militantes do PT, dedações contra esquerdistas... Enfim, parece que a tal de abertura está sendo aproveitada para valer para querm tem a faca e o queijo na mão e a mão na massa.

É assim que começa.

Só um lembrete: no final de 63 e no começo de 64, foram os jornalões do Rio e de São Paulo — e alguns jornailistazinhos... — que pediram à cabeça de Jango, de seus ministros, dos deputados democratas, dos dirigentes da UNE e dos líderes sindicais combativos.

E veio a "redentora" e as cabeças rolaram. E quantas cabeças!

Depois, quando a cor e o cheiro do sangue começaram a incomodar de mais as almas sensíveis dos liberais, aí alguns se arrependeram, e passaram a dizer que "a Revolução" estava cometendo abusos e desvios...

Outro lembrete: em 1974, também foi um jornalista — Cláudio Marques — que começou a dedar os esquerdistas e subversivos. Do que resultou a prisão, a tortura e o assassinato do jornalista Vladimir Herzog, entre muitos outros.

Portanto, está na hora de os jornalistas que não compactuam com a repressão — e que certamente são a imensa maioria — começarem a verificar quem são e onde se escondem os novos Cláudios Marques da vida.

Antes que seja tarde...

Em Canoas, soldado diz que já sofreu torturas

SP: culto a Frei Tito e Vanucchi

O Movimento de Justiça e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul divulgou o depoimento do soldado Luis Paulo Grings acusando o major Soldatelli, da Base Aérea de Canoas, e outros oficiais de prisão e torturas. Grings era acusado do roubo de um fuzil-metralhadora desaparecido da Base Aérea no dia 25 de outubro do ano passado.

Sete trabalhadores de Canoas estão presos há quase três meses, também acusados de participarem do roubo. Os operários também denunciaram as torturas a que foram submetidos.

Prisão no Rio

Maria do Carmo, mulher do jornalista Luis Carlos Azedo, foi presa em sua casa, no Rio de Janeiro, por agentes da Polícia Federal, poucas horas depois que seu marido prestou depoimento na Polícia Federal de São Paulo, como um dos 91 presos no dia 13 de dezembro, acusados de tentar realizar o 7º Congresso do Partido Comunista Brasileiro, em São Paulo.

Jornal

No dia 24 de março, em São Paulo, a Polícia Federal apreendeu a edição do jornal "A Voz da Unidade", sob a alegação de que a publicação continha as resoluções do 7º Congresso do Partido Comunista Brasileiro.

A arbitrariedade da Polícia Federal foi condenada por várias entidades, como a ABI e o Sindicato dos Jornalistas, e por representantes do PT, do PMDB e do PDT.

Frei Tito e Vanucchi

No dia 25 de março foi realizada uma celebração litúrgica em memória de duas vítimas da Ditadura brasileira. Uma foi o frei dominicano Tito de Alencar Lima, preso e torturado pela Operação Bandeirantes (Oban) — órgão repressivo comandado pelo Exército e mantido por grandes industriais e banqueiros de São Paulo, e pelo DOPS, do Governo do Estado. Posteriormente, Frei Tito foi para a França, e lá, se suicidou, com 29 anos de idade, em conseqüência das torturas sofridas.

A outra vítima reverenciada pelo ato litúrgico foi o estudante de Geologia da Universidade de São Paulo, Alexandre Vanucchi Leme, preso, torturado e assassinado pelo DOI-Codi do II Exército, em 1973, aos 21 anos de idade.

O assassinato de Vanucchi deu origem a uma das primeiras manifestações populares amplas contra a ditadura: uma missa na Catedral da Sé, com a presença de estudantes, padres, políticos, intelectuais e líderes sindicais, um ano antes da missa por Vladimir Herzog.

Nossa Vez

Nos Estados

Até a Convenção Nacional do PT vários membros da Executiva Nacional foram encarregados de acompanhar as atividades do Partido nos diversos Estados, servindo de ligação entre os Diretórios Regionais e o Diretório Nacional.

São os seguintes os Estados e os dirigentes reponsáveis: Amazonas, Pará, Acre, Rondônia e Território do Amapá (Luiz Eduardo Greenhalgh); Paraíba, Pernambuco, Sergipe e Alagoas (Apolônio de Carvalho); Paraíba mato Grosso do Sul e Distrito Federal (Jacó Bittar); Maranhão, Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte (Hélio Doyle); Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia (José Ibrahim); São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (Francisco Weffort).

No Ceará

O prefeito de Morrinho, Município do Estado de Ceará que fica a 220 quilômetros de Fortaleza, é Manuel Airton Bruno, do PDS. Ele já demitiu mais de cem funcionários, entre professores, merendeiras, e serventes.

Todos com os vencimentos atrasados e sem indenização.

Mas os funcionários reagiram.

Lideradas pela professora demitida Maria das Dores, do PT, os trabalhadores entraram na Justiça do Trabalho com várias reivindicações: reposição salarial de dois anos, com base no mínimo; 13º salário; FGTS e aviso-prévio.

E, mais do que tudo, pedem a volta ao emprego.

Os diplomados

O Jornal "A Cidade", de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo em sua edição de 11 de janeiro, publicou nota questionando a capacidade de Lula governar o Estado por possuir apenas o curso primário. A Secretaria de Imprensa do PT local fez divulgar nota no mesmo local na edição do dia 15 esclarecendo que "Os diplomados de curso superior recebem, em pagamento de dívida de 70 bilhões, terrenos que mal valem 10. A "instrução diversificada e superior" dos que usurparam o poder esbanja o dinheiro do povo em Paulipetros, pontes Rio-Niterói, empréstimos para pagar juros de empréstimos levantado de tal monta que levam o País ao buraco sem fundo do FMI. Generais de quatro estrelas e doutores engalanados permitem aos bancos usar dinheiro do povo com lucros astronômicos e juros escorchantes. Um trabalhador de curso primário não acataria a permissividade imoral do Sistema que acoberta tamanha sem-vergonhice. Sistema dos Doutorados Delfim, Cals, Ueki, Galveas, Maluf..."

Compromissos

Os oito deputados federais do PT votarão vontra o decreto-lei 2012, de arrocho salarial. Os parlamentares petistas estão recolhendo assinaturas para a formação de três comissões Parlamentares de Inquérito (CPI). Uma para apuração da política salarial, outra para os empréstimos do Brasil junto ao FMI, com especial atenção ao Caso Delfin e BNH e a terceira para apurar o assassinato do jornalista Baungartem, que envolve o Serviço Nacional de Informações e seus generais.

Protesto

Ao prestar juramento de posse na Câmara Federal, a bancada do Partido dos Trabalhadores encaminhou nota à Mesa da Câmara em protesto contra a atual constituição, dizendo que ela é "outorgada e não emana efetivamente da vontade do povo e de seus representantes eleitos. A atual Constituição, dizendo que restrições aos direitos dos trabalhadores e ainda autoriza o presidente de República a expedir decretos-leis, a exemplo do que altera a legislação de ajuestes salariais, em prejuízo dos trabalhadores".

A nota critica os princípios básicos da Lei de Segurança Nalcional e reclama eleições diretas para presidente da República e para prefeitos das capitais, estâncias e áreas consideradas de segurança nacional."

Terra

Um dia após a posse, a bancada federal do PT visitou os padres franceses Aristides Camio e Francisco Gouriou, presos no Departamento de Polícia Federal em Brasília, sob a acusação de estimularem conflitos de terras no Araguaia. Os parlamentares do PT foram prestar solidariedade política e pessoal aos padres.

Os parlamentares petistas também mantiveram encontro com D. Luciano Mendes de Almeida, Secretário-Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), para anunciar a disposição do PT de aprofundar os problemas da luta pela terra no País.

Tabela das dívidas

É o seguinte o quadro das dívidas dos Diretórios Regionais para com o Diretório Nacional do PT, acompanhadas das parcelas a serem pagas para saldar essas dívidas do ano passado e das mensalidades a serem pagas como contribuições deste ano:

Estado	*Dívida de 82*	*Parcelas a pagar (Jan. a Maio)*	*Mensalidade atual*	*Total a pagar (Jan. a Maio)*
São Paulo	900.000,00	180.000,00	304.000,00	484.000,00
R. Janeiro	238.200,00	47.600,00	148.000,00	195.600,00
M. Gerais	525.000,00	105.000,00	140.000,00	245.000,00
R. G. Sul	175.000,00	35.000,00	100.000,00	135.000,00
Paraná	130.000,00	26.000,00	52.000,00	78.000,00
Pará	135.000,00	27.000,00	36.000,00	63.000,00
Goiás	105.000,00	21.000,00	28.000,00	49.000,00
S. Catarina	97.500,00	19.500,00	26.000,00	45.500,00
Ceará	90.000,00	18.000,00	24.000,00	42.000,00
E. Santo	87.000,00	17.400,00	23.200,00	40.600,00
Pernambuco	90.000,00	18.000,00	24.000,00	42.000,00
Bahia	83.250,00	16.650,00	22.200,00	38.850,00
Maranhão	75.000,00	15.000,00	20.000,00	35.000,00
Piauí	63.000,00	12.600,00	16.800,00	29.400,00
Paraíba	48.000,00	9.600,00	16.000,00	25.600,00
M.G. Sul	52.500,00	10.500,00	14.000,00	24.500,00
R.G. Norte	37.500,00	7.500,00	10.000,00	17.500,00
Amazonas	26.400,00	5.280,00	8.800,00	14.080,00
D. Federal	11.000,00	2.200,00	8.800,00	11.000,00
Alagoas	25.500,00	5.100,00	6.800,00	11.900,00
Sergipe	16.500,00	3.300,00	6.000,00	9.300,00
Mato Grosso	13.500,00	2.600,00	4.000,00	6.600,00
Acre	13.500,00	2.700,00	3.600,00	6.300,00
Rondônia	6.000,00	1.200,00	2.000,00	3.200,00

Todos os DRs devem à direção nacional

Pronto o orçamento-programa para 83

O Diretório Nacional do PT deliberou parcelar em cinco parcelas iguais — a serem pagas juntamente com as parcelas de janeiro a maio deste ano — as dívidas dos Diretórios Regionais acumuladas durante o ano passado. Essas dívidas se referem ao não pagamento, pelos DRs, das mensalidades provenientes de parte da arrecadação financeira de cada filiado, e decorrem do fato de que, na maior parte dos casos, os Diretórios Regionais não foram capazes de organizar satisfatoriamente essa arrecadação. Ao parcelar a dívida acumulada **(ver quadro ao lado)**, o Diretório Nacional sugere aos DRs que façam planos semelhantes de parcelamento das dívidas dos Diretórios Municipais e Zonais ou Distritais. Lembra, ainda, que o pagamento das mensalidades deste ano, juntamente com a parcela da dívida, deve ser feito a crédito na conta do Partido dos Trabalhadores, nº 103.457-X, Banco do Brasil, Agência Caminho do Meio, Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Representação

Na circular nº 03/83, em que comunicou essas deliberações aos diretórios Regionais, o DN do PT lembra, também, que, de acordo com o plano financeiro aprovado pela Pré-Convenção de março do ano passado, os Diretórios Distritais, Zonais ou Regionais que não estiveram em dia com as finanças devidas ao Partido perderão o direito de se fazerem representar nas Pré-Convenções das próprias instâncias e das instâncias superiores.

Fundo Partidário

O Diretório Nacional também decidiu não distribuir — por ser muito pequena — a parcela que coube ao PT do Fundo Partidário distribuído pelo Governo Federal aos partidos políticos. A única parcela recebida pelo PT a esse título foi de Cr$ 235.000,00, referente a arrecadações extras feitas pelo Governo antes de 1982. Também ficou decidido que os Diretórios Regionais podem descontar de suas dívidas para com o Diretório Nacional o valor que lhes caberia se o Fundo Partidário fosse distribuido entre os Estados.

A propósito do Fundo Partidário, a Comissão Executiva Nacional também informou que o líder da Bancada Federal do PT, deputado Airton Soares, por recomendação do DN, apresentou emendas ao Projeto da Lei 75-D/83, do deputado federal Nilson Gibson já aprovado em regime de urgência na Câmara dos Deputados.

Esse projeto, que altera dispositivos da Lei Orgânica dos Partidos Políticos (Lei 5682, de 21 de julho de 1971), deixa o PT de fora do recebimento do Fundo Palrtidário, que será dado apenas a parltido que tenha pelo menos 10% de representantes do Congresso Nacional ou tenha obtido, em 15 de novembro, 5% ou mais de votos em todo o País e 3% ou mais de votos em pelo menos nove Estados.

A emenda do deputado petista Airton Soares — que evitará seja o projeto sancionado pelo presidente da República sem nova discussão e votação pelo Congresso — possibilitará ao PT receber verbas, e garante que um minino de 10% do Fundo Partidário seja dividido entre todos os partidos, independente do número de parlamentares que tenha.

O projeto Nilson Gibson introduz outras alterações na Lei dos Partidos e que são prejudiciais ao PT; sobre elas o deputado Airton Soares também apresentou emendas. A Secretaria Nacional de Organização do PT está acompanhado a tramitação dessas emendas para manter informados os Diretórios Regionais.

Receita e Despesa

A Comissão Executiva Nacional do PT também distribuiu, através da sua Tesouraria, circulares aos Diretórios Regionais com instruções sobre feitura de balancetes do ano de 1982 e orçamentos-programas para este ano de 1983. Ao mesmo tempo, divulgou o balancete de verificação, de outubro de 82, e o Orçamento Programa para 83, ambos referentes ao Diretório Nacional do PT.

O resumo do balancete de 82 é o seguinte: total de receita e despesa: Cr$ 2.919.151,00. Os principais itens da receita foram os de contribuições de filiados (deputados e outros), Cr$ 1.791.385,94; e outras receitas diversas, Cr$ 1.127.765,00. Nas despesas, os principais itens foram: pessoal: Cr$ 1.351.540,00; material de consumo, Cr$ 57.805,50; serviços de terceiros (telegramas, telefones, passagens, limpeza, etc.), Cr$ 252.237,00. Como ativo financeiro do período: disponível na Caixa do DN, Cr$ 95.864,39 e, no Banco do Brasil, Cr$ 241.999,23.

Para o ano de 1983, o Orçamento-Programa do PT, elaborado pela Tesouraria Nacional, prevê o seguinte:

Pessoal (ordenados, obrigações trabalhistas, etc): Cr$ 9.000.000,00.

Material de Consumo: Cr$ ..... Cr$ 2.100.000,00.

Serviços de Terceiros: Cr$ ..... 24.090.000,00.

Encargos Diversos: Cr$ ..... 10.880.000,00.

Transferências Correntes: Cr$ 5.200.000,00.

Contribuições de Previdência Social: Cr$ 2.320.000,00.

Esses itens constituem as Despesas Correntes, que, somadas às Despesas de Capital (material permanente e inversões financeiras) dão um total de Cr$ 76.700.000,00.

As Receitas Correntes previstas para este ano, no mesmo valor, distribuem-se em:

Transferências Correntes (Funfo Partidário): Cr$ 6.500.000,00.

Receitas Diversas:

Contribuição Estatutária (plano de mensalidades): Cr$ 12.000.000,00.

Contribuições de Filiados (Extras): Cr$ 6.200.000,00.

Festas, materiais diversos, etc.: Cr$ 7.000.000,00.

Contribuições de Deputados: Cr$ 45.000.000,00.

Tanto o balancete do ano passado quanto o Orçamento-Programa para 83 foram distribuidos pela Comissão Executiva Nacional aos Diretórios Regionais pela Circular 05/83, de 10 de março, com os intens discriminados e detalhados.

Membros do DN

A Comissão Executiva Nacional também decidiu cobrar dos membros do Diretório Nacional — titulares e suplentes — uma contribuição individual extra, de fevereiro a outubro, no valor de 5% do salário de cada um, fixando o mínimo em Cr$ 2.500,00 por cada um dos nove meses do período.

A deliberação lembra aos membros titulares e suplentes do Diretório Nacional que quem não estiver em dia com as finanças perderá o direito de representatividade, de representar e deliberar nas reuniões do Partido.

DN decide: reerguer o Partido!

Um tom bastante realista sobre a efetiva situação atual do Partido dos Trabalhadores marcou a última reunião do Diretório Nacional, realizada em São Paulo, nos dias 8 e 9 de abril. Com o início atrasado porque era necesário obter quorum, a primeira parte da reunião, coordenada pelo secretário geral nacional, Jacó Bittar, consistiu no relato da situação partidária em quase todos os Estados.

Ao final da sessão, um denominador comum ficara evidenciado: em toda a parte, o PT ainda se ressente dos baixos resultados obtidos nas eleições de 15 de novembro, e etá encontrando dificuldades para se reconstruir, embora o ânimo da maioria dos petistas esteja alto. A maior dificuldade se refere à falta de verbas, o que levou muitos dirigentes, falando em nome de seus Estados, a pedirem cancelamento parcial ou total das dívidas que seus repectivos Diretórios regionais têm para com o Diretório Nacional**(ver matéria e tabela ao lado).**

Positivo

Em muitos casos, também, os petistas que querem reerguer o Partido tem encontrado dificuldade em mobilizar o próprio Diretório Regional (alguns não tem conseguido reunir quorum para deliberação). Mas também já se verificaram casos de reação positiva: na Paraíba os petistas dispostos convenceram os membros do Diretório Regional a renunciarem, e elegeram novo Diretório, que já está tomando várias medidas para reerguer o Partido (inclusive reativando o **Jornal dos Trabalhadores** na Região); e no Pará os diversos grupos que se haviam separado, dando ensejo à intervenção do Diretório Nacional, se reuniram para viabilizar o PT no Estado. Na maioria dos Estados, porém, ainda não se notaram sinais da esperada revitalização petista.

Encaminhamento

Diante da seriedade da situação, o Diretório encaminhou à Comissão Executiva Nacional várias sugestões destinadas ao reerguimento do Partido, e que serão brevemente implementadas e encaminhadas às bases partidárias; entre outras, as novas datas para as Convenções (adiadas por força de alteração na Lei Orgânica dos Partidos Políticos) os critérios para a renovação do Diretório Nacional na Pré-Convenção Nacional, o Regime Interno do Partido dos Trabalhadores (cuja discussão já começou a ser feita na própria reunião, na parte referente ao papel e às funções dos Núcleos de Base).

A preocupação com as questões organizativas foi tamanha que os membros do DN decidiram deixar para uma próxima reunião os temas relacionaldos com a conjuntura política e as relações entre o PT e os demais partidos.

Fala, Companheiro!

"Luta honrosa e árdua"

Eduardo Selga é um petista de Vitória, no Espírito Santo. Ele mora no bairro de Santa Martha. Tem catorze anos de idade. Aqui, ele fala das aspirações por uma sociedade igualitária.

"A luta que o PT abraça com tanta garra, com imensa força de vontade e a efetiva participação dos militantes e filiados é honrosa. Mas também árdua e difícil. Enfrentamos, nós petistas, toda a espécie de repressão por parte dos detentores do poder, os capitalistas, que exploram e expoliam o povo, os trabalhadores, visando o lucro, desrespeitando a dignidade humana, o respeito pelo próximo.

"O capitalismo é, sobretudo, desumano. Temos que levantar a nossa voz, de forma unida, democrática, sentindo o povo, todas as suas manifestações, chamando-os para participar, para militar no Partido dos Trabalhadores, que é nosso, é dos oprimidos pelo regime, é dos indignados.

"Está aí o índio, desapropriado de suas terras, o negro discriminado pela sociedade burguesa e as mulheres tachadas de incapazes de produzir. É mister, portanto, que o PT conscientize os integrantes dessas classes, que estão unidos pelo fato de serem explorados e discriminados, e fazer com eles se integrem às fileiras do Partido em prol de uma sociedade igualitária, que garanta, sobretudo, liberdade.

"Os generais insistem em não ouvir a nossa temível voz, que ecoa aos quatros cantos do Brasil. Justiça tarda mas nunca falha. E ela virá, e não será fardada."

A Fundação comemora o centenário de Marx

Os debates na F. Wilson Pinheiro

A última semana de abril vai ser dedicada a Marx, na programação da Fundação Wilson Pinheiro, órgão cultural vinculado ao Partido dos Trabalhadores.

As atividades da Fundação Wilson Pinheiro são abertas à participação de todos os filiados do PT, bem como aos Núcleos de Base, aos Diretórios, às comissões, assessorias e grupos de trabalho do Partido.

A sede central da Fundação Wilson Pinheiro fica em São Paulo, na rua Desembargador Guimarães, 72, Água Branca, CEP. 05002, telefone (011) 62-1912.

Marx

A Semana Comemorativa do Centenário de Karl Marx tem a seguinte programação:

Dia 25: A Crise Econômica na análise de Marx, por Paul Singer; dia 26: Marx: Revolução e Luta de Classes, por Florestan Fernandes; dia 27: Marx e a Cultura Moderna, por Octávio Ianni; dia 28: Marx e a Democracia, por Marilena Chaui, e dia 29: Marx e a Filosofia, por José Arthur Gianotti.

Todas as palestras serão feitas às 19h30.

PT e conjuntura

A Fundação Wilson Pinheiro também está realizando uma série de debates sobre o PT e a conjuntura nacional, com o objetivo de clarificar a situação do Partido depois das eleições, as propostas e o papel do PT na conjuntura e os desdobramentos da crise econômica.

Esses debates são feitos aos sábados, às 10 horas da manhã, na praça Benedito Calixto, 162.

A programação é a seguinte: 30 de abril: debatedores — Alípio Freire, José Genoino, Mayumi Souza Lima e Gilson Menezes; 7 de maio: Airton Soares, Devanir Ribeiro, Flávio Andrade, Maurício Segall; 14 de maio: Aytan Sipahi, Jacó Bittar, Luiza Erundina e Valentim Faccioli; 21 de maio: Djalma Bom, Gumercindo Milhomens, Henfil, Rochinha; 28 de maio: Eder Sader, José Cicote, Lula, Ricardinho.

Terminado esse conjunto de debates, a série posseguirá com outro tema.

Projeto Econômico

No dia 18 de abril foi realizado um debate com Paul Singer e Paulo Renato de Souza, sob o título Alternativas Concretas Diante da Crise: o Projeto Econômico do PT.

Encontros Mensais

Além das programações especiais, indicadas acima, a Fundação Wilson Pinheiro realiza em sua sede, todo mês, às 19h30, Encontros Mensais sobre os mais variados assuntos.

Os temas dos próximos três encontros já estão escolhidos e são os seguintes:

Dia 5 de maio: Compreensão Crítica da Prática Educativa, com Paulo Freire; dia 7 de junho: O PT e a Questão Sindical, com José Alvaro Moisés; dia 6 de julho: Representação e Autonomia, com Marilena Chaui.

Agenda dos Trabalhadores

ABRIL			
★ Leitura, no Congresso Nacional, do projeto 2012, de arrocho salarial	15	Brasília	DF
★ *Encontro Estadual dos Enfermeiros, na USP*	*16*	*São Paulo*	*SP*
★ Semana do Índio começa	17	Em todo o país	
★ *Encontro Nacional de Entidades Sindicais e Pré-Sindicais dos Enfermeiros*	*21/23*	*B. Horizonte*	*MG*
★ Congresso Estadual dos Trabalhadores Paulistas, convocado pela Comissão Pró-Central Única de Trabalhadores de São Paulo	21/24	São Paulo	SP
★ *XXI Congresso Nacional da União Brasileira de Estudantes Secundários*	*21/24*	*Campinas*	*SP*
★ Eleições diretas na Federação Nacional dos Jornalistas	26	Em todo o País	
MAIO			
★ *Dia (Internacional) do Trabalhador*	*1º*	*Em todo o Mundo*	
★ Reunião da Comissão Plena da Comissão Nacional Pró-CUT	5/6	Brasília	DF
★ *Dia Nacional de Pressão contra o Decreto Lei 2012 e o Desemprego*	*18*	*Em todo o País*	
★ Greve dos trabalhadores gaúchos, convocada por várias entidades sindicais	18	Em todo o Estado	RS
JUNHO			
★ *Final do prazo para os encontros preparatórios do II Encontro Nacional de Sindicalistas do Partido dos Trabalhadores*	*12*	*Em todo o País*	
★ II Encontro Nacional dos Sindicalistas do PT	18/19	—	
★ *Assembléia Estadual de Trabalhadores*	*25*	*S. Paulo*	*SP*
★ Fim do prazo para as Pré-Convenções Municipais do PT	30	Em todo o País	
★ *Seminário da União Nacional dos Estudantes sobre a Universidade Brasileira*	—	—	
JULHO			
★ ENCLAT (Encontro Estadual das Classes Trabalhadoras) paulista	15/16	S. Paulo	SP
★ *Reunião do Diretório Nacional do PT*	*23/24*	—	
★ Congresso Nacional dos Bancários	—	—	
AGOSTO			
★ *I Conclat (Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras)*	*26/28*	*São Paulo*	*SP*
SETEMBRO			
★ Fim de prazo para as Pré-Convenções Regionais do PT	24	Em todos os Estados	
OUTUBRO			
★ *Reunião do Diretório Nacional do PT*	*28*	—	
★ Fim de prazo para a Pré-Convenção Nacional do PT	29	—	

Encontro vai debater CUT

Preparar greve geral, conclusão do encontro de São Paulo

Com erca de 200 delegados credenciados, realizou-se nos dia 9 e 10 de abril, o II Encontro Estadual de Sindicalistas do PT paulista.

Esse encontro estadual e outros, que já se realizaram ou estão por se realizar, em vários Estados, contituem a preparação para o II Encontro Nacional de Sindicalistas do Partido dos Trabalhadores, já marcado para os dias 18 e 19 de junho, em local a ser ainda decidido.

Preparatórios

Por sua vez, os encontros estaduais devem ser precididos de encontro preparatórios por categoria, ou, onde não houver condições, por Município. Nesses encontros deverão ser escolhidos os delegados para o Encontro Estadual e Nacional, na base de um para cada dez membros presentes.

Os delegados ao Encontro Nacional são os mesmos eleitos para os Encontros Regionais. Além dos delegados eleitos, o Encontro Nacional de Sindicalistas do PT terá os seguintes participantes: filiados do PT que ocupam cargos de direção em sindicatos ou em entidades profissionais que não têm sindicatos: filiados do PT que tenham sido cassados com dirigentes sindicais; membros da Secretaria Sindical Nacional e das secretarias Sindicais Estaduais; membros do Diretório Nacional do PT.

Pauta

A pauta básica do II Encontro Nacional de Sindicalistas do PT, e dos encontros estaduais, municipais ou por categoria, é a preparação do I Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras (I Conclat) em 1983 e a discussão de propostas concretas para enfrentar a crise econômica, principalmente o arrocho salarial e o desemprego (ver matéria no nº 20 do **Jornal dos Trabalhadores).**

A Secretaria Sindical, dirigida por Olívio Dutra, vice-presidente nacional do PT, enviou aos Diretórios Regionais, às Secretarias Sindicais Regionais e aos membros do Diretório Nacional a circular 3/83, em 8 de abril, pedindo que lhe sejam enviados até 12 de junho relatórios dos encontros de sindicalistas do PT nos Estados. A mesma Secretaria também divulgou um trabalho de comparação entre os vários projetos de estatutos, já circulando, para a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

No Encontro de São Paulo foram definidas as seguintes reivindicações centrais: 1) revogação do decreto-lei 2012; 2) salário-desemprego pago pelos patrões e pelo Governo; 3) redução da jornada de trabalho sem redução salarial; 4) estabilidade no emprego. Essas bandeiras, segundo os participantes do Encontro, devem orientar os atos, e as manifestações de preparação da greve geral, a qual deve ser entendida não como um simples ato de protesto, mas "um instrumento prático para forçar o recuo do Governo em suas medidas contra os trabalhaldores". O Encontro paulista também elegeu uma comissão de 16 sindicalistas para auxiliar a Secretaria Sindical do Diretório Regional do PT em São Paulo.

Em discussão, núcleos de base!

Jornalistas querem definição melhor para NB por categoria

O Núcleo de Base dos Jornalistas, do PT de São Paulo, reiniciou suas atividades após o período eleitoral e, como uma de suas primeiras atividades, fez uma série de discussões sobre a questão dos Núcleos no Partido dos Trabalhadores.

Um dos principais pontos dessa discussão se refere aos núcleos por categoria e local de trabalho, e sua representação nas convenções e pré-convenções. O NB dos Jornalistas PT/SP elaborou um documento **(publicado aqui)** sobre essa questão, tendo em vista as discussões que se deverão travar por ocasião das pré-convenções distritais e municipais do Partido em todo o País. E, também, levando em conta que a Comissão Executiva Nacional do PT criou uma comissão encarregada de elaborar um projeto de Regimento Interno do Partido; a comissão é composta por: Luiz Eduardo Grenhalgh, Marcos Aurélio Ribeiro, Sandra Starling, Plínio de Arruda Sampaio e José Mentor.

O texto

"No momento em que se realiza o banço da participação do PT nas eleições de 15 de novembro de 1982, é também necessário incorporar ao debate questões relativas às formas de organização partidária para a intervenção junto ao movimento de massa e, particularmente, ao movimento sindical. Segundo nosso Estatuto, as formas elementares de organização do partido são os núcleos e os diretórios, cabendo aos primeiros o importante papel de ampliar a base do partido, vinculá-lo ao movimento social, além de aprofundar e garantir a sua democracia interna.

"O partido já regulamentou os núcleos por local de trabalho, por local de moradia, e também, os encarregados da intervenção sindical em entidades com base territorial limitada a um único município do Interior por exemplo, os metalúrgicos de Santo André.

Falta, porém, regulamentar o funcionamento dos núcleos por categoria profissional que envolvam militantes da cidade de São Paulo, com mais de um milhão de eleitores e por isso dividida em 55 distritos eleitorais diferentes, em vez de possuir um único Diretório Municipal. Esse é o caso dos metroviários e dos metalúrgicos de São Paulo.

Estadualmente

"Situação ainda mais complicada é a das categorias que se organizam estadualmente, como os jornalistas e os professores da rede oficial de ensino.

"Em ambos os casos, os militantes dos núcleos das referidas categorias (quando chegam a existir núcleos) não são levados em conta em nossas pré-convenções: o partido não lhes exige discussões sistemáticas e muito menos lhes concede o direito de eleger delegados-representantes.

Decorre daí que esses militantes — organizados ou não em núcleos — embora realizando praticamente todo o seu trabalho junto à sua categoria, vêem-se forçados, no momento das pré-convenções, a procurar os Diretórios onde estão formalmente filiados, para participar do processo reconhecido pelo partido, realizando discussões sistemáticas e elegendo os seus delegados-representantes.

O resultado disso é que, além de se desligarem dos companheiros com quem vinham trabalhando e discutindo, eles acabam caindo de para-quedas nos diretórios, sem a mínima chance de terem uma participação efetiva na vida partidária.

Extinção

"Uma das principais consequências desse vazio organizativo foi a quse total extinção dos núcleos por categoria que existiam no Partido, no Estado de São Paulo até o final de 1980.

O desestímulo aos núcleos por categoria é responsável por um outro problema igualmente sério: o aparecimento de articulações informais de sindicalistas quando é o caso de tomar decisões que abrangem toda a cidade de São Paulo e ou todo o Estado (participação em encontros sindicais, campanhas salariais, formação de chapas etc.). Embora necessárias, essas articulações informais de militantes petistas acarretam prejuízos ao funcionamento do Partido, à medida que este acaba não tendo nenhuma condição de controlá-las politicamente.

"Tanto a primeira Convenção Nacional do PT, realizada em 1981, como o Encontro de Militantes Sindicais, realizado em São Paulo, em 1982, abordaram a questão do núcleo por categoria, incentivando a sua organização. Mas, em ambos os casos, não foram resolvidos os dois problemas organizativos fundamentais que eles enfrentam: quem deve centralizar o núcleo profissional de uma categoria que se organiza em todo o município de São Paulo ou em todo o Estado? e qual a sua forma de representação nas pré-convenções estaduais do partido?

Critérios

"As nossas pré-convenções estaduais vem se realizando até agora com delegados eleitos pela base, na proporção de um (1) delegado para cada grupo de 61 filiados de um diretório municipal ou distrital, desde que atingido o quorum mínimo estabelecido. E, por outro lado, os diretórios municipais e os distritais estão vinculados organicamente ao Diretório Estadual, seja diretamente, seja através de reuniões de sub-regiões.

"Parece-nos justo que esses mesmos critérios sejam aplicados para os núcleos por categoria aos quais nos referimos. Há detalhes que precisam ser melhor discutidos, mas, de qualquer forma, a aplicação dos mesmos critérios para esses núcleos não só favoreceria a sua organização, facilitando a atuação sindical do Partido e a sua centralização, como também não estaria ferindo nenhum de seus princípios de equidade e democracia.

Assim, o militante faria a sua opção pelo núcleo de sua categoria profissional e, através dele, participaria da discussão interna do partido, elegendo seus represenantantes para as convenções. Isso, evidentemente, provocaria o seu afastamento automático do diretório distrital ou municipal a que ele estivesse vinculado, em decorência de exigências legais.

Finalmente, vinculados ao Diretório Estadual, a ação desse núcleo poderia ser coordenada e dirigida pela Comissão Sindical do Diretório Estadual."

Tribuna Livre

A Recessão e o Trabalhador

Isaac Lewis

Professor. Membro do Partido dos Trabalhadores no Amazonas.

Existem palavras que ganham uma certa popularidade dentro de um determinado momento, assim como outra se tornam defasadas e até esquecidas.

Assim é que nos últimos tempos, palavras tais como "trabalhadores", "povo" e "democracia" têm sido pronunciadas em tom quase sagrado com objetivos ideológicos e eleitoreiros pelos detentores do poder e pelos políticos comprometidos com a ordem injusta vigente.

No momento, a palavra "recessão" tem ganhado uma certa notoriedade, mas o que impressiona são as pessoas que a têm pronunciado. E por causa dela, essas pessoas dizem estar preocupadas com o povo, com os trabalhadores e com a própria democracia. Empresários têm se mostrado preocupadíssimos com a recessão e as suas consequências para os trabalhadores. Políticos comprometidos com o empresariado, também se preocupam com tais consequências.

Pois bem, ninguém perguntou ainda aos trabalhadores o que nós achamos da recessão 83 e suas consequências. A nossa resposta é: nós, trabalhadores, temos sofrido a recessão desde março de 1964.

E durante anos, ninguém se preocupou com os nossos salários baixos, com o nosso poder de compra defasado e com o nosso poder de barganha anulado pelo modelo econômico implantado pelas burguesias nacionais e internacionais com a ajuda dos militares.

Durante esses anos, ouvimos dizer que houve um milagre econômico brasileiro, cujos benefícios não se tornaram reais para milhões de brasileiros. Agora ouvimos falar que teremos uma recessão.

Quem ganhou?

Nesse ponto, faremos nós uma pergunta: quem foram os beneficiários do milagre econômico e quem pagou as contas desse milagre? Quem lucrará com a recessão que se avizinha e quem pagará as contas dessa recessão?

A resposta a essas perguntas é evidente.

Nós, trabalhadores, seremos colocados, mais uma vez, a fazer um sacrifício em prol dos interesses das grandes empresas beneficiadas com tais milagres e negociatas da futura recessão econômica.

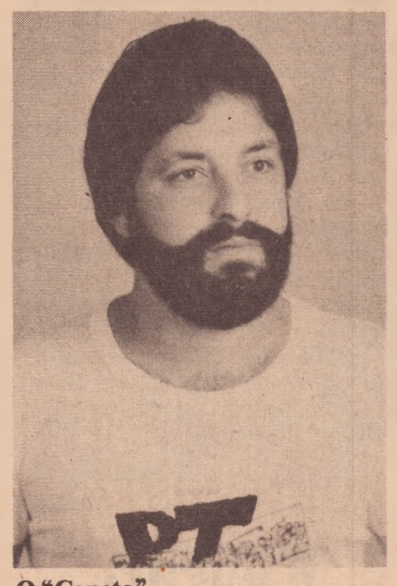
Mas, queremos lembrar aos arquitetos desse modelo econômico, fundado na concentração da riqueza em prol da burguesia internacional e de seus aliados internos, que, antes de mais nada, nos recusamos a sermos tratados como as máquinas de suas empresas. Isto é, não basta apertar os botões para ter uma produtividade desejada.

Queremos produzir mais, porém queremos ser recompensados dignamente pelo nosso trabalho, pois dependemos disso para vivermos como seres humanos e não como humanóides.

Ademais, vemos a instituição de salários justos aos trabalhadores como um dos fatores fundamentais para evitar recessão econômica.

Irede, vereadora

Geraldinho e Airton. Foto: Eduardo Simões, F/4



O "Capeta"

Marcos Aurélio

Suplicy. Foto: Samuel Iavelberg

"Outra forma de luta"

Na tribuna, na comissão, na rua, na praça, eles estão aí!

Os parlamentares do PT — os novos e os antigos — já estão trabalhando ativamente, em Brasília. Minas, Rio, São Paulo e outros lugares.

São deputados federais, estaduais, vereadores, que desde o dia da posse tem procurado cumprir a Carta Eleitoral e o programa partidário e divulgar as idéias petistas.

Muitos estão em comissões técnicas legislativas. Outros, ainda com certa timidez, estrearam gravatas e tribunas. Nenhum deles abandona o trabalho no qual estão mais acostumados: a base, seja a favela, a fábrica, o banco, a rua ou a praça.

"Atuar no Parlamento, mesmo com todas as limitações, é lutar políticamente — dizem. É outra forma de luta".

Publicamos, aqui, as declarações e atuações de alguns desses parlamentares.

Nos próximos números, levaremos aos leitores do **Jornal dos Trabalhadores** mais informações sobre quem são, o que fazem, e como lutam os parlamentares do PT.

Quem são, o que dizem, o que fazem

"O parlamentar não é um substituto do movimento popular. Ele é um propagandeador que vai a todos os lugares para divulgar a idéia de mobilização, apresentando denúncias e propostas políticas. O parlamentar do PT é um militante que deve estar integrado a esses movimentos. Se isso não acontece, ele se afasta de suas bases, e sua atuação fica isolada".

São palavras de Teresa Lajolo, professora na rede oficial de ensino há 13 anos, vereadora da zona oeste da Capital de São Paulo.

Ela não acredita que um parlamentar resolva os problemas da população se esta não estiver mobilizada.

"No parlamento diz ela busca-se favorecer o emprsário e nós estamos lá para cumprir nosso papel de denúncia e para apresentar projetos que favoreçam a classe trabalhadora. Mas isso ainda é pouco — confinua — pois a solução para o conjunto dos trabalhadores só virá com o trabalhador fazendo valer seus direitos, e a garantia disso é o movimento popular".

Teresa foi indicada candidata depois de constantes reuniões entre os integrante dos diversos movimentos populares de sua área (Movimento do Custo de Vida, movimento por água, luz creches, etc). Nessas reuniões a decisão ficou entre os nomes de Teresa Lajolo e Roberto Lajolo, seu marido. A preferência recai sobre o seu nome quando, na avaliação, constatou-se que ela era mais representativa, uma vez que participava mais ativamente dos movimentos populares da região.

O pessoal que participou do processo de discussão que culminou com a apresentação de sua candidatura fez uma longa discussão sobre o programa do PT e com base nessa discussão apresentava propostas para os problemas da região.

Teresa pretende intervir nas questões de transportes, salários, saúde, creches, crise econômica, etc.

Teresa Lajolo é vice-líder da bancada do PT na Câmara Municipal e faz parte da Comissão Especial de Inquérito para apurar os problemas de transportes na Capital.

Política Econômica

Eduardo Matarazo Suplicy, deputado federal pelo PT atribui sua eleição principalmente ao trabalho desenvolvido durante os 4 anos de mandato como deputado estadual em São Paulo. Professor de economia na Fundação Getúlio Vargas e jornalista econômico da "Folha de S. Paulo", Suplicy foi eleito em 1978 com 70.357 votos e foi agora para a Câmara Federal com mais de 83.000 votos.

Sua atuação parlamentar foi marcada pela constante luta pela redemocratização do país, pelo reconhecimento dos direitos do trabalhador, pelas denúncias às arbitrariedades praticadas contra o povo brasileiro, contra a corrupção, contra a violência e pela solidariedade às vítimas de injustiças.

Destacou-se também pelas críticas que fez à política econômica do Governo, condenando a política salarial, o favorecimento do capital internacional e do empresariado. Analisou o orçamento do poder executivo estadual e apontou as falhas que elegeram prioridades inadequadas, em prejuízo das reais necessidades da população.

Suplicy demonstra sua disposição em estar presente nos atos públicos, no apoio à população, nos conflitos entre os patrões e os trabalhadores e em todos os momentos em que a presença do parlamentar se fizer necessária para garantir os direitos de todo cidadão.

Como prioridade, Suplicy destacou a necessidade de uma política de ajuste salarial que garanta aos trabalhadores salários que acompanhem o custo de vida e os ganhos em produtividade, e, portanto a luta contra o decreto 2012.

Eduardo Suplicy é membro da Comissão de Economia da Câmara dos Deputados e vice-líder do PT na Câmara Federal. Para o deputado petista o bom relacionamento entre os parlamentares do PT favorece ações conjuntas e um bom entrosamento com a liderança do Partido e com suas bases.

Feminismo

Feminismo e educação são duas áreas onde Irede Cardoso sempre se destacou pelo seu trabalho desenvolvido como jornalista e também como militante ativa desses movimentos. A luta pelo fim à discriminação da mulher, pelo ensino público e gratuito, pela democratização do ensino e contra todas as formas de autoritarismo continuam sendo as principais bandeiras da atuação de Irede Cardoso, agora vereadora do Partido dos Trabalhadores na Capital de São Paulo.

Irede apóia seu trabalho como vereadora num ponto que considera fundamental: os movimentos populares. Para colocar essa idéia em prática a vereadora petista segue mantendo seu estreito relacionamento com os movimentos populares e procura transformar em projetos de lei suas reivindicações.

"O PT não absorveu os movimentos populares. São eles que alimentam o PT: **não vamos dar palavras de ordem à população**, vamos assumir essas palavras" declara Irede Cardoso. Para ela, seu mandato servirá para aumentar os espaços do movimento popular, para estimular o surgimento de novas entidades oferecendo infra-estrutura, cursos, etc. pois no seu entender "o movimento popular conhece e procura satisfazer suas necessidades e nós do Partido dos Trabalhadores vamos oferecer os canais para isso".

Outra preocupação da vereadora do Partido dos Trabalhadores é tornar a Câmara Municipal um lugar forte, aprovando projetos que devolvam e protejam o bem estar do cidadão. Ainda dentro dessa idéia Irede Cardoso se declara contra a exploração dos serviços de educação, transporte e saúde por empresas particulares porque entende que esses serviços não dão lucros se forem bem feitos e, portanto, devem ser assumidos pelo poder público.

O "Capeta"

Cláudio Barroso Gomes, mais conhecido como "Capeta" — apelido que os patrões lhe colocaram desde que começou a participar do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e porque sempre brigou por seus direitos dentro da fábrica — é agora um representante do Partido dos Trabalhadores na Câmara Municipal de São Paulo.

Ferramenteiro desempregado, que começou a trabalhar com doze anos, e pai de dois filhos, foi eleito com 23.426 votos, sendo que quinze mil foram de moradores das vilsa pobres que rodeiam a Vila Prudente, bairro da Zona Leste de São Paulo, onde mora há 25 anos.

Um dos muitos militantes que, indicados em convenção, se candidatou com a consciência de que o importante era trabalhar para que o PT crescesse e não para ter recompensa pessoal. Não esperava ser eleito, mas trabalhou com garra, pois sabia que a proposta do Partido tinha que ser divulgada e que era preciso conscientizar o vizinho de que os problemas dele são iguais aos de todos os que pertencem à sua classe.

Quando foi demitido em seu último emprego, porque estava fazendo campanha de sindicalização na fábrica, combinou com a esposa que somente no dia 16 de novembro iria procurar novo trabalho, pois assim teria tempo de sair de casa em casa falando do PT. Nos três meses de campanha viveu de "vaquinha" feita pelos companheiros do Diretório e teve a colaboração da esposa, que segundo ele "sabe a importância da luta e sabe que estamos plantando uma semente que nossos filhos irão colher".

E tem mais....

O deputado Airton Soares, líder da bancada petista na Câmara Federal, fez um apelo à presidente do PTB, deputada Ivete Vargas, para que ela não faça composição com o PDS, partido do Governo Federal. O PDS ofereceu cargos — até um Ministério, talvez — se a Ivete Vargas aderir ao Governo e as bancadas do PTB passarem a votar com as do PDS.

O líder da bancada petista na Assembléia Legislativa paulista, deputado estadual Marcos Aurélio Ribeiro, propôs o retorno ao antigo horário de funcionamento das sessões legislativas. Se a proposta for aprovada, todos os deputados perderão os jetons correspondentes às duas sessões diárias atualmente existentes; isso dá, para cada deputado, doze mil cruzeiros a menos nos vencimentos. Quando o horário de duas sessões foi aprovado, diversos filiados do PT protestaram contra a atitude da bancada petista, que não se opôs a esse aumento indireto dos vencimentos dos parlamentares.

Marcos Aurélio também apresentou requerimento de constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar o desaparecimento de inúmeros presos políticos, nos porões da polícia, na década passada.

Para apurar irregularidades de toda ordem ocorridas na administração direta e indireta do Estado de São Paulo, entre 31 de março de 1978 a 15 de março de 1983 — período Maluf-Marin — o deputado petista Geraldo Siqueira Filho pediu a constituição de uma Comissão Especial de Inquérito.

O deputado João Batista dos Mares Guia, do PT de Minas, apresentou requerimento de repúdio à atitude de Paulo Maluf, ex-governador de São Paulo, que atribuiu a deputados e líderes do PT e do PMDB "as violências ocoridas em São Paulo.

Decreto 2012 já está caminhando

E Jacó Bittar quer todos contra!

No dia 15 de abril foi lida no Congresso a mensagem do presidente da República encaminhando o decreto-lei 2012, de arrocho salarial. O Congresso tem sessenta dias de prazo — que acaba na última semana de junho — para votar o decreto-lei; mas não pode apresentar emendas: só pode aprovar ou rejeitar o projeto. Se os congressistas não votarem o decreto-lei até aquela data, ele será aprovado "por decurso de prazo", isto é, será automaticamente considerado aprovado.

A primeira votação é feita na Câmara dos Deputados; depois é que o projeto vai para o Senado. Na Câmara dos Deputados, para que o projeto seja rejeitado, é preciso que, no dia da votação, haja no mínimo 240 deputados presentes e que votem contra o projeto a meade mais um, ou seja, no mínimo 121.

Ora, o PDS tem 235 deputados, e todos os demais partidos, juntos, tem 244. Por isso o PDS está tentando conquistar os 13 votos da bancada do PTB, com a promessa de entregar a esse partido cargos públicos, talvez até num Ministério.

Se o Governo conseguir terminar o acordo — já iniciado — com o PTB, o decreto-lei será aprovado, porque os outros partidos — PMDB, PDT e PT — juntos, terão apenas 231 deputados, insuficientes para dar quorum e rejeitar o projeto.

Com 248 votos (235 do PDS mais 13 do PTB), o Governo pode fazer duas coisas: tentar uma votação e conseguir a presença de todos os seus deputados e votar a favor do projeto; ou obstruir as sessões para impedir a votação do projeto, e, assim, "aprová-lo" por decurso de prazo.

Mesmo que o Governo não consiga concluir o acordo com o PTB, o projeto pode ser aprovado, pois, para rejeitá-lo, será necessário que todos os outros partidos preencham duas condições. 1) — não permitir que nenhum de seus deputados faltem no dia da votação; e 2) — fazer com que todos os seus deputados votem contra o projeto do Governo, que, assim, na pior das hipóteses, seriam rejeitado com uma folga de 3 votos.

Somente o PT preenche essas duas condições.

Além disso, até o dia 5 de maio, a Comissão Mista de deputados e senadores criada para examinar o projeto vai dar o seu parecer. Essa Comissão é constituida de 12 parlamentares do PDS, 9 do PMDB e 1 do PDT, e nenhum do PT. O presidente da Comissão, deputado Jorge Uequed, é do PMDB, e o vice presidente e o relator da Comissão, respectivamente, deputado Nilton Gibson e senador Carlos Alberto, são do PDS. O mais provável é que a Comissão dê parecer favorável ao decreto-lei do arrocho salarial.

Assim, aos trabalhaldores só vai restar um caminho: o de apoiar a bancada do PT, e aqueles parlamentares de outros partidos que realmente forem contra o decreto, e de fazer pressão direta, em manifestações nas fábricas, nos sindicatos e nas ruas, contra o arrocho salarial.

E sobretudo é preciso atenção e constante vigilância sobre o Congresso: os dias 5 de maio e 29 de junho são os prazos máximos (a não ser que haja prorrogações por causa do recesso de julho): se o Governo perceber que há condições favoráveis para ele, a qualquer momento apresentará a tramitação do projeto e, pegando os deputados oposicionistas de surpresa, conseguirá a aprovação.

"Todos contra"

Jacó Bittar, presidente do Sindicato dos Petroleiros de Campinas e Paulinia, fez as seguintes declarações contra o decreto-lei 2012:

"A aplicação da nova lei salarial já está retirando da massa trabalhadora mais de Cr$ 100,3 bilhões mensais, o que seria suficiente para criar um seguro-desemprego no valor de 1 salário mínimo a mais de 7 milhões de trabalhadores inativos".

"Nós não estamos querendo que o Governo retire do próprio trabalhador o dinheiro que seria destinado à criação do seguro-desemprego. O que nós não podemos aceitar palcificamente é que toto esse dinheiro vá para o bolso dos patrões, apenas pela deliberação de um simples decreto-lei assinado em Brasília".

"Isso vem reforçar, mais uma vez, a posição do Governo Federal, preocupado mais em garantir os lucros do empresariado, do que em saciar a fome que atinge a população brasileira", frisa o sindicalista. Lembra ainda que "se a população tivesse o mínimo de estabilidade social, não teriam ororrido os graves episódios que atingiram a Capital paulista".

De acordo com Jacó Bittar, o movimento sindical está posicionando-se frontalmente contrário à aplicação do decreto lei 2012, devendo até mesmo seguir em grande comitiva à Capital Federal na época da votação do dispositivo no Congresso. Ao movimento — frisa o sindicalista — não interessa ver todo esse dinheiro transformado no seguro-desemprego:

"Queremos que esse dinheiro fique com o trabalhador; e que seja criado um seguro aos desempregados com recursos saídos do bolso dos empresários ou dos cofres públicos. Afinal de contas, os primeiros sempre tiveram seus louros garantidos pelo Governo, enquanto que ao dinheiro público sempre se deu finalidades bem questionáveis neste País".

METALÚRGICOS

Novamente as grandes assembléias e greves

Em Canoas e em São Bernardo

O Estádio da Vila Euclides, em São Bernardo do Campo, reuniu no dia 27 de março, 15 mil metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, para estudarem a contra-proposta da Federação das Indústrias do Estado de S. Paulo (Fiesp) para o acordo salarial desse ano. A contra-proposta patronal era a mesma para os sindicato de Santo André, São Caetano do sul, São José dos Campos e Itu.

Os Sindicatos do Interior, sob o controle da Federação dos Metalúrgicos, negociam à parte com a Fiesp, a exemplo do que aconteceu na campanha salarial de 1982, quando esses dois blocos de sindicatos fizeram campanhas salariais em separado.

Na Assembléia da Vila Euclides, a maior desde 1979, os metalúrgicos de São Bernardo e Diadema demonstraram, mais uma vez, a grande força de mobilização da categoria.

Na contra-proposta da Fiesp, os empregados das pequenas empresas (empresas com até 50 funcionários) não receberiam aumento acima do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), os empregados das médias empresas (de 51 a 6 mil funcionários) receberiam de 2% a 5% de aumento e os empregados nas grandes empresas (acima de 6 mil funcionários) receberiam 6% de aumento.

"A proposta de Fiesp vem para dividir os metalúrgicos", afirmou Vicente Paulo da Silva — o Vicentin, vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema.

Para ele, os patrões propõem aumentos maiores para as grandes empresas e aumentos menores para as pequenas — porque sabem que os trabalhadores das grandes empresas estão mais mobilizados que os das pequenas.

"Desse modo — continua — os patrões pensam que podem comprar a consciência dos metalúrgicos oferecendo alguns por cento a mais, massacrando os empregados das pequenas empresas."

Jair Menegueli, presidente do Sindicato, afirmou que a proposta da Fiesp é "um absurdo, já que não considera que com o decreto-lei 2012 de arrocho salarial, de início todo trabalhador já está perdendo 5% no seu salário. Os empregados das grandes empresas estarão recebendo 3% de aumento e não 6%, conforme a proposta dos patrões. Os empregados das médias empresas receberão de menos 1% ou 2%, os mais prejudicados serão os empregados nas pequenas e micro-empresas que longe de receberem aumentos estarão com 3% de perdas salariais." Essa proposta inicial da Fiesp foi recusada na assembléia da Vila Euclides.

Antes da assembléia do dia 27, a Fiesp havia dado as negociações por encerradas. Com o resultado da vila Euclides, o Sindicato procurou a entidade patronal e as negociações foram retomadas.

Cerca de 8 mil metalúrgicos estiveram presentes na assembléia seguinte, dia 30. A nova contra-proposta patronal trazia pequenas alterações. O piso salarial para as grandes empresas foi elevado de 72 mil para cr$ 79.200,00. Foi também alterado o item em que as empresas pequenas não dariam aumentos com base no INPC, passando agora, na nova proposta, a darem 1,5% de aumento.

Canoas

Os operários da metalúrgica Coemsa, em Canoas, no Rio Grande do Sul, encerraram uma greve de 12 dias ao conquistar, em parte, sua principal reivindicação: queriam estabilidade no emprego por um ano e conseguiram estabilidade por 60 dias mais compromisso da empresa a dispensar no máximo 20 funcionários por dia, num prazo de mais 60 dias, depois de cumprida a estabilidade inicial.

A Coemsa vinha realizando dispensas regulares sem nenhuma razão para isso: a empresa dá serviço para terceiro pois não consegue produzir tudo o que precisa e convoca seus empregados para horas-extras. Outra reclamação dos grevistas é contra o clima de repressão existente dentro da empresa. Caso encontre dificuldades para manter o atual quadro de funcionários, a direção da Coemsa se comprometeu a informar ao sindicato uma programação de despendidas ou redução na jornada de trabalho. Os dias parados serão compensados aos sábados ou nas férias, a critério da empresa. O Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas se comprometeu a controlar a empresa no cumprimento do acordo.

Amapá: polícia violenta

Em Ferreira Gomes, no Amapá, uma senhora de 52 anos foi espancada com palmatórias pelo comissário de polícia da cidade. Ela saiu carregada da delegacia para ser atendida no posto médico local.

A população protestou contra as violências praticadas pelo comissário. Apresentaram uma denúncia à Secretaria de Segurança Pública com 72 assinaturas e o comissário está temporariamente afastado do cargo.

Em Porto Grande, também no Amapá, a polícia retirou à força um rapaz que se encontrava dentro da casa de seus país. O rapaz foi algemado e espancado no carro dos policiais e na delegacia. Acompanhado dos pais, o rapaz foi ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Amapá, apresentar queixa contra a polícia. O sindicato levou o fato ao conhecimento das autoridades, que prometeram tomar providências. O sindicato está acompanhando o caso.

No "Enxadão", Boletim mensal do Sindicato, são apresentadas todas as denúncias que chegam ao conhecimento da entidade.

JORNALISTAS

Eleição direta na Fenaj

A Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais (Fenaj), realizou no dia 26 de abril a primeira eleição direta para renovação da diretoria; é a primeira federação a realizar eleições diretas no país. Cerca de vinte mil jornalistas sindicalizados votaram diretamente em três nomes: um diretor de base, um vice-presidente regional e um presidente nacional. Os votos, porém, foram computados por sindicatos (24 ao todo, no País).

Fazer eleições diretas foi uma decisão ltomada no Congresso de Jornalistas realizado em Guarapari, em setembro de 82, e são numa tentativa de quebrar o autoritarismo da CLT, que impõe eleições indiretas. Com isso os jornalistas querem fazer um avanço político na luta dos trabalhadores, abrindo caminho para outras federações e confederações fazerem o mesmo.

A Fenaj começou sua história antes mesmo de seu reconhecimento oficial, em 53, quando João Goulart era ministro do Trabalho e Freitas Nobre presidente da entidade.

Com o golpe de 64, a entidade sofreu intervenção dos militares e foi dirigida por uma junta governativa até 1980. Nesse ano venceu a chapa liderada por Washington Mello, de Belo Horizonte, composta por legítimos representantes da categoria. A partir daí a Fenaj saiu das mãos de "pelegos" e retomou seus princípios e lutas.

Os cargos disputados foram os seguintes: 24 delegados de base (um para cada Sindicato), cinco vice-presidentes regionais (um para cada região) e um presidente nacional.

Realizadas as eleições, foi vencedor o jornalista Audálio Dantas, ex-deputado federal pelo PMDB, e superintendente da Imprensa Oficial do Governo Montoro. Ele venceu em 13 sindicatos. Rogério Medeiros, que foi candidato a senador pelo PT do Espiríto Santo, venceu em 10 Sindicatos. No Amazonas houve empate. No País todo houve um certo equilíbrio também entre vice-presidentes e delegados de base das duas chapas que concorreram.

Porto Alegre

A posse da nova diretoria do Sindicato dos Jornalistas, do Rio Grande do Sul foi um verdadeiro ato público contra a Lei de Segurança Nacional e foi a maior reunião de jornalistas nos últimos tempos. Remi Baldasso, o novo presidente, foi intensamente aplaudido por uma platéia de mais de quinhentas pessoas composta por jornalistas de diversos Estados, políticos e líderes sindicais. Remi Baldasso ao assumir a presidência afirmou que o ato público contra a LSN é uma forma de integrar os jornalistas a outros segmentos da sociedade numa luta conjunta, nacional, pela liberdade de informação.

Reafirmamos — disse Baldasso — nosso compromisso: em primeiro lugar, lutar pelo direito que a sociedade tem de ser informada corretamente. Cremos que o jornalista cumpre com sua função social e política quando produz uma informação com qualidade e conteúdo. É assim que o jornalista participa dessa importante tarefa de formar a opinião pública para que ela possa julgar e participar no esforço geral para que a sociedade seja cada vez mais justa, democrática, igualitária e humana.

PRIMEIRO DE MAIO

Gauchos mobilizados contra a exploração

Paulistas fazem bom congresso

Em Caxias do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, foi marcado um ato público estadual para comemorar o Primeiro de Maio. A manifestação foi preparado pela Intersindical-RS, que manteve contato com os sindicatos do Interior para garantir a participação de um maior número de trabalhadores. As principais reivindicações são a renovação do decreto-lei 2012, a estabilidade no emprego por um ano, reajuste trimestral, jornada de trabalho de quarenta horas semanais (sem redução salarial) e o salário-desemprego.

Caxias do Sul é a cidade do interior do Estado que tem o maior índice de desemprego, além de demonstrar, em outras ocasiões, uma grande capacidade de mobilizar os trabalhadores.

Segundo os últimos levantamentos do Dieese, no Rio Grande do Sul há 270.000 desempregados. Em Porto Alegre, nos três primeiros meses do ano houve um acréscimo de 7.731, somente no setor metalúrgico. Informações da federação dos metalúrgicos do RGS são de que na categoria há em torno de 47.000 trabalhadores sem emprego. Na construção civil a situação não é muito diferente: 83.000 em todo o Estado e só em Porto Alegre tem 22.000 operários sem trabalho.

Greves

As greves de trabalhadores no Estado vem aumentando nos últimos dias: funcionários municipais de Pelotas, operários da construção civil de Passo Fundo, metalúrgicos da Coensa-Canoas e anestesistas de Rio Grande; todos reivindicando melhorias salariais e estabilidade no emprego.

Na manifestação do dia 19 de março, no Auditório Araújo Viana, doze mil gaúchos afirmaram o seu apoio à greve geral do dia 18 de maio, repudiando a política econômica do governo e em particular o decreto 2012. Sindicatos, associações de bairro, federações de trabalhadores e até entidades estudantis organizaram o ato.

O sindicalista Olívio Dutra afirmou que o dia Primeiro de Maio precisa ser uma demonstração de força dos trabalhadores gaúchos. Embora reconhecendo a dificuldade de se viabilizar uma greve nacional na data prevista, para ele o encontro é um passo que o movimento dos trabalhadores dá nesse sentido. Diz Olívio que a luta travada não se resume só no resultado e no efeito de um momento, mas faz parte de um processo em que são nescessárias as condições obetivas e subjetivas.

São Paulo

Nos dias 21, 22, 23 e 24 de abril, os trabalhadores do Estado de São Paulo realizaram um significativo Congresso Estadual de Trabalhadores, com delegados de diretorias e das bases das entidades sindicais.

O Congresso foi convocado pela Comissão Pró-CUT (Central Única de Trabalhadores) de São Paulo.

Para fazer com que o Congresso constituisse uma oportunidade de unificação do movimento sindical paulista, a Comissão Sindical realizou uma reunião plenária no dia 5 de fevereiro, na qual, além das resoluções sobre a manifestação do dia 22 de março, formou uma Comissão Organizadora para viabilizar o encontro.

O Congresso aprovou um calendário e um plano de ação contra o decreto-lei 2012, contra o desemprego e pela preparação da greve geral. Quatro reivindicações foram aprovadas como bandeiras imediatas para os trabalhadores: 1) derrubada do decreto-lei 2012; 2) salário-desemprego pago pelo Governo e pelos patrões; 3) estabilidade no emprego e a criação de novos empregos; 4) redução da jornada de trabalho e fim das horas extras, sem redução do salário. Essas reivindicações devem estar presentes em todas as manifestações programadas até o dia 25 de junho, conforme o calendário da Comissão Nacional Pró-CUT.

Calendário

De 23 a 31 de abril foram previstas as seguintes atividades: ampla convocação com comícios e mutirões para as manifestações do Primeiro de Maio, considerado Dia Nacional de Luta Contra o Decreto-Lei 2012 e o Desemprego, colocando a necessidade de uma greve geral a ser votada em todas as manifestações desse dia.

Uma intensa mobilização está prevista entre os dias 2 e 17 de maio. Para o dia 18 está programado um novo Dia Nacional de Luta com grandes manifestações que vão desde assembléias por categorias até passeatas, atos públicos e possivelmente, greves. Ainda nesse dia, a Comisso Nacional Pró-CUT, sindicatos e trabalhadores irão à Brasília acompanhar e presionar a votação do Decreto 2012. No dia seguinte à votação, a Comissão Nacional Pró-CUT ampliada com as intersindicais e entidades presentes, se reunirá para avaliar a votação e discutir os próximos passos, podendo haver greve geral nacional caso o decreto seja aprovado.

Os parlamentares que votarem a favor do decreto-lei 2012 ou se ausentarem da votação serão amplamente denunciados.

Após o dia 19 de maio haverá preparação e convocação da Assembléia Estadual de Trabalhadores de São Paulo, prevista para o dia 25. Essa assembléia decidirá os rumos do movimento, com possibilidades de greve geral.

Ficou também registrada a solidariedade dos trabalhadores de São Paulo à Nicarágua, país ameaçado pelos Estados Unidos.

I Conclat

O Congresso reforçou a necessidade do I Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras ainda este ano (Conclat 83), pedindo apoio financeiro e comprometimento de todos os presentes para garantir sua realização no mês de agosto, em São Paulo.

Um conjunto de resoluções foi apresentado à Pró-CUT Nacional para serem encaminhadas aos Sindicatos e Associações: não desligar de seus quadros os associados com suas mensalidades em atraso por estarem desempregados; anistiar os desempregados de suas mensalidades até que arranjem um novo emprego; direitos sindicais iguais aos empregados e desempregados.

Outra resolução defende o direito de sindicalização aos funcionários públicos e sugere a organização de cooperativas de habitação pelos ocupantes de terras públicas através das entidades sindicais.

Uma recomendação foi feita diretamente à Pró-CUT, que as Comissões Nacional e Estadual juntamente com o Dieese convidem para participarem de debates no Brasil representantes da Organização Internacional do Trabalho e sindicalistas de países onde é pago o salário desemprego. O objetivo é esclarecer melhor essa questão e apressar sua aprovação na Câmara Federal.

Unificação

O desejo de unificação do movimento sindical paulista foi em parte alcançado. Novos sindicatos, como o dos Metalúrgicos de Osasco, Metalúrgicos de Guarulhos, Têxteis de São Paulo agora integram a Comissão Pró-CUT paulista. A Fedeação dos Metalúrgicos de São Paulo e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo negaram-se, mais uma vez, a integrar a Pró-CUT estadual. A chapa eleita reúne várias correntes sindicais, e é provisória, até o Enclat de julho.

Outra conquista importante: foi traçado um plano comum de lutas até 25 de junho, data final para votação do decreto-lei 2012. Para as manifestações de 1º de maio foram aprovadas reivindicações unificadas, dentre elas a luta pela criação do salário-desemprego, fim do decreto-lei 2012, reforma agrária ampla e imediata, revogação da Lei de Segurança Nacional (LSN) e redução da jornada de trabalho sem redução dos salários.

Para o dia 18 de maio estão previstas manifestações em todo o Estado pela revogação do decreto 2012. Dia 25 de junho haverá manifestações em todos os Estados, e assembléias estaduais da classe trabalhadora para combater o decreto-lei 2012 e pela mudança da política econômica do Governo federal.

Nacional

A Comissão Nacional Pró-CUT reuniu-se nos dias 9 e 10, em São Paulo e tomou várias deliberações relativas à luta contra o decreto 2012, de arrocho salarial, as comemorações do Primeiro de Maio, e a realização do I Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat 83, ou I Conclat).

Radio Peão

Coferraz

O deputado estadual José Cicote, do Partido dos Trabalhadores, fez sua estréia parlamentar apresentando à Assembléia Legislativa de São Paulo uma moção pedindo o encampamento da Coferraz pela Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa) empresa estadual ligada ao Minitério da Indústria e Comércio.

O objetivo da proposta é o de evitar o desemprego de milhares de trabalhadores.

Ao apresentar a moção, Cicote fez um substancioso histórico dos dramas vividos pelos empregados da Coferraz.

A empresa começou a demitir trabalhadores em 1975, alegando dificuldades financeiras. Em janeiro de 1982, a Coferraz quis impor aos empregados o reajuste salarial de apenas 10% (o INPC era de 40,4%).

Os trabalhadores fizeram greve, e a empresa pagou os salários de acordo com a lei. Mas, no mes seguinte, nova recusa da empresa, nova greve, e a Coferraz peldiu concordata.

A falência foi decretada em 20 de dezembro do ano passado, mas, desde fevereiro de 82 mais de mil e quinhentas famílias estão desesperadas, pedindo auxílio pelas ruas de São Paulo, porque não aparece comprador para administrar a massa falida.

Daí a moção do deputado petista Josá Cicote.

Assassinado

Leopoldino Inácio da Abadia, trabalhador rural, foi assassinado a punhaladas quando participava com mais 18 companheiros de uma reunião de fundação da Delegacia Sindical da Região da Mata Feia, no Estado de Goiás, a 6 de fevereiro. Segundo informações do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bela Vista de Goiás, o mandante do crime é o ex-delegado de Polícia do Distrito de Senador Canedo, Luiz Lima de Amaral (Luizão) que teria pago 500 mil cruzeiros a Nilson Davi Severeiro para cometer o crime.

Diante do desinteresse das autoridades locais, familiares e companheiros de Leopoldino — que presenciaram o crime e levaram a denúncia aos jornais — temem que fique impune mais esse assassinato de um trabalhador rural.

Jornalistas

O processo instaurado pelo Sindicato dos Jornalistas de São Paulo contra a Editora Novo Grupo já chegou à 31ª Junta de Conciliação, da Justiça do Trabalho.

A editora demitiu 16 jornalistas. O processo que corre na Justiça do Trabalho reivindica o pagamento dos salários atrasados, do aviso-prévio, do décimo-terceiro e das férias proporcionais.

Ao todo, 43 milhões de cruzeiros.

Bancários

Os bancários paulistas comemoram sessenta anos de luta sindical.

O programa de comemorações engloba coisas bastante variadas, como shows, forrós, música, trio elétrico, etc. (marcados para os dias 14, 15 e 16 de abril) até uma exposição de arte e um debate sobre sindicato e sociedade, com Lula, Teotônio Vilela e Luis Carlos Prestes (dia 11) e o filme "O homem de ferro", do polonês André Wajda (dia 13).

Os eventos comemorativos são realizados no Centro Sindical dos Bancários, rua Tabatinguera, 192, telefone 36-6351.

Funcionários

Na PUC de São Paulo, além das constantes movimentações de estudantes, através dos seus Centros Acadêmicos e do Diretório Central, e dos professores, pro meio da Apropuc, agora é a vez dos funcionários.

Descontentes com o imobilismo da atual diretoria da Afapuc (Associação dos Funcionários Administrativos da PUC), vários deles decidiram formar um Movimento de Oposição e concorrer às eleições com chapa própria, além de lutar por mais 10% de aumento de salários.

Vigilantes

Os vigilantes e vigias de todo o País também estão se mexendo.

No dia 27 de fevereiro, os do Estado do Paraná realizaram um amplo encontro, para debater suas reivindicações (salário de ingresso, risco de vida, reconhecimento dos sindicatos).

Semana depois, os de São Paulo entraram na Delegacia

Paulo entraram numa greve que durou doze dias, e só a terminaram quando conseguiram, na Delegacia Regional do Trabalho, um acordo estabelecendo piso de Cr$ 48 mil a partir de fevereiro e cr$ 50 mil a partir de maio, produtividade de 6%, elevação do seguro de vida de 600 mil cruzeiros para dois milhões, e estabilidade de seis meses e outros itens.

Ainda neste primeiro semestre, os vigilantes e vigias querem fazer o seu primeiro encontro nacional, no Rio de Janeiro.

ELE É BOM DE PAPO

Faz letra e música. E, quando pode, arranjos.

ASSIS ÂNGELO

Roberto Riberti, saibam todos, não é compositor e nem cantor marginal desses de pouca voz e poucos versos que andam por aí mostrando chagas, chorando máguas e dizendo-se gênios incompreendidos. Ah, isso não. Riberti é do tipo raçudo, bom de papo e bom de guerra, que vai longe em seus propósitos. Decididamente, ele não faz parte do time que empaca diante do primeiro obstáculo. Dá duro, sabe que a vida não é assim tão fácil. É preciso lutar.

Parte do trabalho, sério, desse guerreiro pode ser apreciado, constatado após a audição do LP que lançou, o terceiro de sua carreira. O disco, cuja capa é assinada por Elifas Andreato, traz como título apenas o sobrenome do artista: "Riberti". A distribuição ficou a cargo do pessoal do Lira Paulistana, que se afina bem com os profissionais independentes.

O começo

Contato com a música, Roberto Riberti teve logo cedo. Ouviu e gostou de um certo Pat Boone, aos 11 anos; aos 15, conheceu o trabalho de João Gilberto, que adorou.

E, claro, os "Beatles", aqueles danados, também chegaram a influenciar, levemente, o artista que hoje desponta. Gonzagão e Manezinho Araújo, o das emboladas incríveis, não passaram, logicamente, despercebidos pelas antenas sensíveis de Riberti, que danou-se a tocar violão com afinco.

A decisão final para que Roberto Riberi prosseguisse carreira surgiu, finalmente, em 1975.

Foi quando participou de um festival de música patrocinado pelo Colégio Rio Branco. De cara, destacou-se. E o seu trabalho, então, começou a ser solicitado por conjuntos de reconhecido gabarito, como o MPB-4 e o Quarteto em Cy, e intérpretes da categoria de Marília Medalha, Márcia, Djalma Pires. No ano passado Elza Soares defendeu — e classificou — a música "Doce Amor", de Riberti e Eduardo Gudim.

Roberto Riberti começou cedo na música

As parcerias

Roberto Riberti tem po hábito compor sozinho. faz letra e música, e arranjos quando pode.

As parcerias são raríssimas, embora vez por outra trabalhe em conjunto com Eduardo Gudim, seu amigo, e também grande compositor — Gudim, macaco velho em festivais, lançou, ano passado, outro ótimo disco: "Fogo Calmo das Velas", também de forma independente que, por falta de uma boa divulgação, não fez sucesso. Pena.

Foi com Eduardo Gudim que Roberto Riberti compôs algumas músicas que dificilmente acabarão no esquecimento do público, exemplo: "Velho Ateu". Bom, vale como informação.

No mais, é esperar os acontecimentos em torno do nome desse paulistano do Brás, que vem se apresentando com frequência em clubes e teatros da Capital e interior do Estado. Já fez curta temporada na Sala Guiomar Novaes, junto com o violonista Paulinho Nogueira.

Poesia

O Núcleo de Serviços por Correspondência enviou ao *Jornal dos Trabalhadores* o poema de úm metalúrgico sobre a questão índigena. O nome do poeta é Roberto Franco.

Poema para uma raça moribunda

Um dia existiu um povo vermelho,
De cor e sol abrasador,
Nos trópicos e não trópicos.
E tiveram suas origens abafadas
Nas sombrias tribunas de congressos
De uma raça miscigenada pela cor verde
De um tal dólar.
Saíram das bocas imundas dos VERDES,
Sentenças putrefatas,
Que deixaram nos campos e matas
Corpos putrefatos
De Tupis, Sioux, Incas, Maias, Bororos,
Guaranis, Apaches, Comanches,
Kren-Akarore e outros.
Em suas tumbas perdidas nesta vastidão
Que se chama América,
Jazem tuas prendas, tuas histórias,
E a mais encantadora lição política
De se viver em plena comunidade.
Foram vencidos numa luta desigual e nojenta,
E conheceram além de espoucos de caramurus,
O napalm, os vermes da desinteria, os bichos,
Produzidos pela louca e besta ode civilizatória.
Foram vencidos pelos brancos louros,
Sedentos de destruição em nome do nada,
Do nada que é a pútrida tecnologia,
Onde o pequeno germe socialista
Irmanava no mais perfeito livro prático
Desta primitiva raça vermelha.
E foram superados pelo abutre colonizador
Os Cheiennes, Aimorés, Maias, Cretãs,
E suas cinzas ainda pairam como testemunha lendária
Dos massacres tenebrosos.
Ainda pairam como flocos de uma neve
Que tenta tocar novamente o chão livre,
E culto de uma raça moribunda.
Ainda pairam um sopro de vida e de luz,
Num mundo cada vez mais derrotado pelo
Nariz do progresso,
Que espirra substâncias nojentas,
Onde os corpos humanos queimam e intactas
Ficam as cidades.
Pobres vencedores,
Assassinos inconscientes dos livros carregados,
Das vidas dos inícios,
E como cegas águias cumprem um demiolado dever,
E purgam de suas mãos,
Massacres, carnificinas, crimes nojentos e brutais,
Contra as flores brotadas no mais lindo
Campo deste mundo estrupado.
Contra os naturais desta terra americana,
Incrustando no peito moribundo dos indígenas
Uma sina de mendicância em reservas que recordam
Os campos de concentração nazistas.
Mendigos e prisioneiros em sua própria terra,
Onde sua caça, que lhe dava o dom de comer,
Hoje é exposição em mansões dos VERDES.
Tem seu diminuto povo adquirido com herança
Pobreza, pestes, morte do aterrorizante regime branco.
Regime aniquilador dos dignos de todos os ventos.
Dos dignos de pureza, dos legítimos donos desta terra.
E nas missões, acordos, assinaturas,
Vieram traições e podação das raízes profundas
De todas as nações índias, tão índias.
Quantos dos seus líderes, engolidos pela mentira,
Sorriram de fé nas palavras vãs da pérfida gente pálida,
E na inocência das histórias das luas e dos deuses,
Firmou acordos, enquanto a peste avançava,
Era sua palavra firme e inocente, mas sua maior assinatura,
Eles choram hoje com as matas, a ausência dos filhos mortos,
Das filhas estupradas, das crianças esganadas, dos velhos,
Que não mais existem, nem nas lendas,
Pois são uma gota de chuva em um mar atlântico,
Os que sobram para contar.
E nas verdes folhas, da mata irmã,
Gotejam pingos cristalinos
Que, qual lágrimas celestes, colhidas no sereno das noites,
Assombradas,
Silenciosas e tristes,
São pássaros de alegre e universal criancice,
Agonizando uma oração fria e eterna.
Nas extinções de manadas dos búfalos,
Que agasalham os corpos das damas,
Secara os buchos de suas crianças, que hoje,
QUE HOJE,
Deveriam contar suas histórias nas cálidas noites
Para milhares de outras crianças no norte
Desta América.
E vem a solidão, acompanhada pela fria morte,
Nas cruéis derrubadas, queimadas organizadas
Pelas aves agourentas que se vestem de VERDE,
E eles derrubam os guarda-chuvas e sóis
Do imenso continente silvícola.
Os VERDES avançaram sobre seus campos e matas,
Matando, explorando, eliminando os fortes rebentos da natureza,
Como se os gordos bois marcados, pudessem ser um dia
Substitutos de HOMENS,
HOMENS,
Homens com aldeias incendiadas, cidades destruídas,
Como se esses bois pudessem com seus mugidos,
Contar histórias e tomar conta da mãe natureza,
Com nunca ninguém o fez.
E sobrou nas imundas reservas contaminadas de álcool e civilização
MORTE, MORTE, MORTE.
Só isso sobrou para uma raça, das mais belas do mundo,
Uma raça saqueada
Por soldados malditos obedientes,
Que no obedecer dos seus governantes,
Com suas ordens satânicas,
Mataram,
Mataram índios, índios homens, mulheres índias, índias mulheres,
Crianças índias, índias crianças, velhos índios e índios velhos.
Esmagados pelas armas titânicas, desleais e covardes,
Quanta sabedoria perdeu toda esta humanidade,
Quando tombar no colo da terra
O último dos índios.
E quanto perdia esta comunidade, comunidade estúpida,
Quando tombava no próprio solo
Uma indígena,
Ora varado por sabres, ora por balas, ora pelos pesticidas,
Ora pelas pestes, que habitavam os podres organismos brancos.
Vampiros VERDES E BRANCOS,
Peste-Mór, fezes das mais imundas que semeiam esta terra branca.
VOCÊS cobriram de vergonha toda a criação universal,
VOCÊS afirmaram que eles eram selvagens????????
ELES ERAM SELVAGENS???????
Malditos todos vocês, BRANCOS E VERDES.
Brancos sem origem, nem europa, nem ásia, nem áfrica,
Nem américa, nem nada. viajantes sem eira nem beira.
Restolhos das piores coisas brotadas pelos capitalistas castrados
De toda e qualquer origem humana, filhos de bombas atômicas
Malditos VERDES, que sucumbem ante qualquer folha verde,
Que tenha estampa,
Que tenha número, vendidos, traidores, entreguistas, dos gordos donos
De todo o capital que enche de imundície esta terra condenada.
BESTAS DO APOCALIPSE.
Ainda resta, irmão índio,
A sua vingança.
Gostaria que tua vingança fosse
A de imperar nas memórias brancas,
Dos carrascos racistas,
Até que tuas cinzas fossem levadas aos montes,
Serra e florestas,
Em cada pedaço que coube um dia,
Um índio.
E lá, eles nas esperanças de serem sepultados,
Hão de choramingar por todos os séculos
Um pequenino grão de areia,
Para serem sepultados.
E o grande e velho cacique,
Não aceitará em suas terras outrora suas,
Nem uma invisível célula
Destes imundos,
Destes carrascos pessoais
E ausentes,
Que nas tribunas e gabinetes governamentais,
Assinaram a maldita sentença:
CIVILIZAI AS RAÇAS ÍNDIAS...

ANNA, DA VILA MATILDE

Ela foi candidata. E conta como se sente

A companheira Anna foi candidata a vereadora pelo PT no bairro de Vila Matilde, na periferia da capital paulista. Não foi eleita. Publicamos na íntegra sua colaboração, que certamente exprime o pensamento e o sentimento de numerosos petistas:

Após toda esta agitação, volto à normalidade cotidiana de meus afazeres.

O barulho da minha máquina de costura, que ganhou umas férias, após anos de trabalho, é gostoso, rádio e máquina ligados soam bem aos meus ouvidos.

A sensação do dever cumprido é que faz esta volta ser tranquila.

Acabou-se eleições, houve vencedores e vencidos, houve muitos doutores em querer dizer a jornais e a todos os meios de comunicação, o porque, onde das falhas.

Para mim que não sou dada a teorias, que acho baboseiras, resolvi simplesmente, eu Anna dona de casa e mulher do povo, candidata com muito orgulho deste Partido que vai longe, fazer meu depoimento.

Continuo mais Petista do que ontem quando ingressei no Partido, porque muito aprendi; conheci gente maravilhosa, gente, gente, no sentido da palavra.

Sei que fazer política não é privilégio somente de quem tem estudo, ou tem anos de janela, mas sim daqueles que vivem a vida, e brigam por ela e por seus direitos.

Ser um militante do PT é uma questão de consciência e uma coisa muito importante e profunda, e esta nasce espontaneamente .

Não me senti em nenhum momento derrotada, mas sim impulsionada e com um orgulho danado de ter a honra de participar deste marco da história do Brasil, onde, pela primeira vez, nós trabalhadores, temos voz e vez.

Tivemos, sim, muitas dificuldades, com dinheiro, falta de espaço para reuniões, mas isso não nos esmoreceu em nenhum momento, e assim chegamos às eleições, com um saldo positivo e com a certeza de que a proposta do Partido ficou, e cada voto conseguido, foi dado com consciência, aí está a questão e a resposta.

Será que os outros poderão dizer tudo isto?

Já iniciamos novamente nosso trabalho no Núcleo, e eu também assumindo meus compromissos com meu trabalho na base, peito aberto e cabeça erguida, confiantes.

Posseiros de Juína ameaçados de expulsão

A Comissão Pastoral da Terra Regional de Mato Grosso, com a participação do Centro de Documentação Terra e Índio, publicaram no mês de janeiro deste ano o primeiro número do boletim **"Aroeira"**, dedicado à situação dos 250 posseiros de Juína, no Município de Aripuanã.

Esses trabalhadores estão ameaçados de expulsão da "Gleba dos Pioneiros", pela Companhia de Desenvolvimento do Mato Grosso (Codemat), que, através de pistoleiros armados, espalha terror na região.

A ocupação

A "Gleba dos Pioneiros" foi ocupada a partir de 1976 quando o Governo do Estado autorizou sua formação para resolver o conflito da "Gleba da Cascata", no Município de Rondonópolis, ocupada há vinte anos por trezentas famílias. (cerca de três mil pessoas).

Os moradores da "Gleba da Cascata" resistiram às ameaças de despejo pela Codemat até ganharem a questão na Justiça, permanecendo em definitivo na área.

Os colonos da então recém-criada "Gleba dos Pioneiros" ocupaam lotes de 100 hectares cada, através do direito de posse oferecido verbalmente pela Codemat, e iniciaram o cultivo da área.

Em janeiro de 1982 os trabalhadores rurais foram notificados de que, para continuarem nas áreas cultivadas, deveriam comprar essas terras ao preço de Cr$ 27.000,00 o hectare. A esse preço, cada colono deveria pagar, por sua área de 100 hectares, dois milhões e setecentos mil cruzeiros.

Os posseios não aceitaram as condições impostas. A estatal também exigiu que esse valor deveria ser pago em quatro anos, com um de carência, já vencido em fevereiro de 1983. Conforme a empresa a carência já vencida a autoriza a expulsar os trabalhadores sumariamente.

Os colonos aceitam pagar pelas áreas ocupadas mas exigem que as formas de pagamento estejam dentro das condições de cada um. Exigem também, que a Codemat venda essas terras devolutas pelo mesmo preço que a empresa vendeu uma área de um milhão e quatrocentos mil hectares a grandes grupos latifundiários do sul do País, ou seja, a Cr$ 50,00 (cinquenta cruzeiro) o hectare.

Em Brasília

Em fevereiro do ano passado, Jaci Alves de Freitas, posseiro da "Gleba dos Pioneiros", esteve no Gabinete do Ministério da Justiça, em Brasília, e em nome de seus companheiros denunciou a ação da Codemat. A partir dai passou a ser ameaçado de morte. A estatal matogrossense está expulsando, com homens armados, os posseiros de suas terras e, ao mesmo tempo, os impedindo de colherem a safra. As condições impostas pela Codemat para a compra da terra estão muito acima de suas possibilidades.

Assine o Jornal dos Trabalhadores

Assinale o tipo de assinatura que V. quer e envie este cupom, corretamente preenchido, juntamente com cheque nominal, cruzado, em nome de **Jornal dos Trabalhadores,** rua Andréa Paulinetti, 558, Cep 04707, São Paulo, SP, Telefone (011) 531-0618

Nome: .....

Profissão: ..... Idade: .....

Endereço: (rua, número) .....

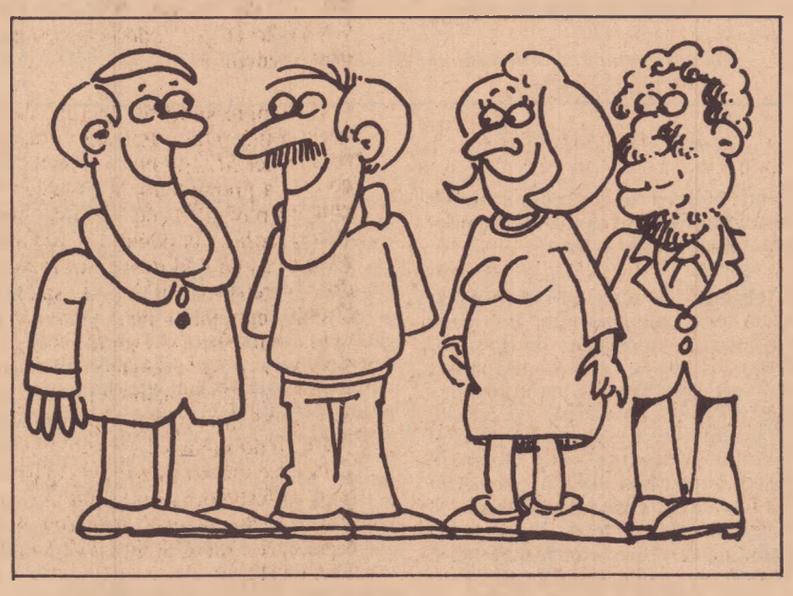
.....

CEP ..... CIDADE ..... ESTADO .....

☐ Cr$ 1.100,00 (12 números)
☐ Cr$ 2.200,00 (24 números)
☐ Cr$ 5.000,00 (**apoio,** 24 números)
☐ Cr$ 2.000,00 (**Coleção Completa,** do nº 1 ao nº 24)

Para o Exterior (12 números)

Grupo I — A. do Sul e A. Central — ☐ Cr$ 5.300,00 (US$ 13)
Grupo II — A. Norte, Port. Espanha — ☐ Cr$ 7.300,00 (US$ 18)
Grupo III — Resto do Mundo — ☐ Cr$ 8.900,00 (US$ 22)



JORNAL DOS
Trabalhadores

ANO I nº 21 Quinzenal 28/4 a 18/5 Cr$ 80,00

No começo, o povo saiu protestando. Depois, veio a repressão policial. Em seguida, os provocadores de direita. (Foto: F/4)

Apoio do PT às lutas

A posição do Partido diante das manifestações populares contra o desemprego

As manifestações populares contra o desemprego, ocorridas na primeira semana de abril, em São Paulo — e depois repetidas, em ponto menor, em outros lugares do País — foram objeto de várias análises do Partido dos Trabalhadores. Publicamos aqui o resultado dessas análises consubstanciado em duas notas oficiais. A primeira é da Comissão Executiva Nacional do PT, datada de 8 de abril. A segunda é a nota do PT de São Paulo, emitida no dia 5.

CEN

"Comprometido desde as suas origens com os interesses dos trabalhadores, o PT manifesta hoje, mais uma vez, seu integral apoio às lutas travadas contra o desemprego, com ampla ressonância pelo país. A mobilização e organização dos desempregados é legítima e justa, pois são eles as vítimas primeiras da criminosa política econômica aplicada pelo governo federal, que leva os trabalhadores à miséria. O maior culpado dos recentes acontecimentos em São Paulo é o regime autoritário com uma política recessiva que mais uma vez joga sobre os trabalhadores o maior peso da crise. Em São Paulo, segundo o DIEESE, chegamos ao calamitoso número de 784 mil desempregados, que se somam a uma população subempregada de cerca de 1 milhão e meio de pessoas.

"O Governo do Estado de São Paulo não pode ser considerado responsável pelo desemprego, mas denunciamos seu comportamento incompetente e desastrado diante desses acontecimento. O governador Franco Montoro assumiu prioritáriamente, na campanha eleitoral, as bandeiras da participação popular e da criação de empregos. Agora, porém recusou-se ao diálogo com os trabalhadores reunidos em Santo Amaro, preferindo mandar a polícia para reprimi-los, o que aconteceu com extrema violência, assim aumentando o clima de desespero que tomava conta dos manifestantes. Depois, protelou intoleravelmente as conversações quando os trabalhadores se dirigiam ao palácio, contribuindo para agravar uma situação que terminaria degenerando em mais violência.

"O PT entende que as depredações só servem para prejudicar os nossos esforços de mobilização e organização dos trabalhadores. Observa, contudo, que a caça às bruxas, que se estimula hoje no Palácio dos Bandeirantes, cumpre o objetivo de desviar a atenção da opinião pública do gravíssimo problema social que está na origem dos acontecimentos. Do mesmo modo, vem servindo para justificar, da parte do Governo estadual, medidas que caracterizam um retrocesso político incompatível com as promessas da campanha eleitoral, como o ato do secretário da Segurança impedindo reuniões de trabalhadores ao ar livre.

"Da mesma maneira, o PT condena os pronunciamentos que visam incriminar o movimento popular, repelindo em particular as referências do secretário de Segurança à Comissão pró-CUT, expressão legítima do movimento sindical Tudo isso indica que nesta oportunidade, o governo Montoro recuou lamentavelmente de seus compromissos diante dos graves problemas que afetam o povo, omitindo-se ante o dever de esclarecer a opinião pública sobre as responsabilidades do governo federal.

"O PT rechaça as insinuações de que o partido teria responsabilidade pelos excessos havidos, e repudia as acusações que procuram apenas encobrir a incompetência governamental em lidar com o movimento popular, bem como a irresponsabilidade dos que pretendiam manipulá-lo. Lembramos, a propósito, que historicamente quem sempre se utiliza de provocações que nada contribuem para a luta dos trabalhadores são os setores mais reacionários da sociedade.

"Tendo se recusado ao diálogo com o povo, o governo estadual tratou uma questão social como questão de polícia. O PT entende que a democracia não poderá ser alcançada com atitudes como essas. Uma verdadeira democracria no Brasil só existirá na medida em que seja reconhecido o direito de livre organização dos trabalhadores, e assegurada sua plena participação na defesa de seus interesses.

"O PT reafirma a legitimidade da luta contra o desemprego e a disposição de continuar a luta na organização do povo por um novo modelo econômico no Brasil. O PT tem sugerido e entende que medidas concretas e urgentes precisam ser tomadas sem o que esses fatos continuarão a se repetir em São Paulo e em todo o país. São Paulo, 8 de abril de 1983. Executiva Nacional".

PT paulista

"Eclodiu ontem em Santo Amaro um movimento desorganizado mas obstinado de desempregados que diante do desespero da situação vivida por suas famílias saíram às ruas para manifestar sua revolta e dizer ao povo de São Paulo da gravidade de sua situação, conseguir alimentos para suas famílias, exigir das autoridades medidas concretas contra o desemprego e, depois de escaramuças com a polícia e das prisões de participantes dos movimentos, passaram a lutar contra ela e a exigir a libertação de seus presos.

"O **Partido dos Trabalhadores,** através de seus parlamentares e militantes, interveio durante todo o dia neste movimento com três preocupações básicas: contribuir para que ele avançasse seus níveis de organização; garantir a integridade dos cidadãos atingidos por uma violência indiscriminada da polícia; convencer os manifestantes de que a população não era responsável por sua situação e procurar abrir canais para que suas reivindicações fossem ouvidas pelo governo estadual.

"A responsabilidade pelo desemprego não é do governo do sr. Franco Montoro. Vivemos uma crise econômica nacional e sob uma política de enfrentamento desta crise que penaliza os trabalhadores com a recessão, o arrocho salarial e o desemprego. Os trabalhadores tem que ter claro que o grande culpado é o governo federal que entrega os trabalhadores de bandeja ao FMI. São eles os responsáveis pela dívida externa e não podemos aceitar que sejam os trabalhadores com sua miséria e seu desemprego que paguem a dívida. Quem tem de pagá-la são os monopólios e as multinacionais. Se o governo Montoro, e o PMDB, estão dispostos a mobilizar o povo de São Paulo contra esta política, caminharemos juntos. Entretanto, além de propostas que só poderão ser enfrentadas a nível federal, acreditamos que muito pode ser feito aqui mesmo e agora.

"Gostaríamos assim de tornar públicas algumas críticas à atuação do governo estadual. Presentes no local, somos obrigados a constatar que, se alguma orientação foi dada no sentido de que a polícia permitisse a liberdade de manifestação, tal orientação não foi seguida pela polícia que reprimia os manifestantes que invadiam lojas comerciais, mas também procurava a todo tempo dissuadir manifestações contribuindo para pulverizá-las e assim para que elas fossem se tornando cada vez menos organizadas e capazes de encontrar uma direção eficaz.

"Entretanto, denunciada a violência policial que atingiu a tudo e a todos, queremos dirigir nossa crítica ao que nos pareceu a falha mais importante do governo. O governo estadual demorou em tomar consciência da gravidade dos fatos em Santo Amaro e só à noite deslocou a questão para o eixo que nos parecia o único aceitável desde o primeiro momento: tratar os incidentes como um fato que demandava medidas e respostas no plano social e não no plano policial que é como foram encarados os fatos enquanto aconteciam, durante todo o dia.

"Diante dos ataques que hoje se fazem pela imprensa, ou em notas patronais, às orientações do governo, querendo que o governo Montoro retorne à sua orientação inicial de tratar a questão como uma questão de polícia, e criticam-no apenas por ter sido "pouco violento", exigindo mais violência policial, queremos dizer à população que ela está sendo desinformada e enganada sobre os fatos. E que precisamos repudiar este comportamento e ao contrário exigir um enfrentamento social da questão.

"Terminamos, tornando públicas as propostas que o **Partido dos Trabalhadores** apresenta para o enfrentamento da questão. Os trabalhadores devem lutar por elas, tendo claro que algumas só poderão ser atendidas a nível federal e outras já podem ser encaminhadas pelo Governo Estadual.

"1. Medidas de curto prazo: redução da jornada de trabalho para 40 horas; salário desemprego calculado na base de 1 (hum) salário mínimo, mais meio salário por dependente, o que é possível utilizando-se recursos do FGTS, PIS e PASEP que, em agosto de 81, somavam 51 bilhões de cruzeiros, quando o desembolso a título de salário desemprego de 1,5 salário-mínimo por desempregado em média, para 3,3 milhões de desempregados, seria de 41 bilhões de cruzeiros; ativação do fundo-desemprego já existente; estabilidade no emprego; ampliação dos serviços públicos prestados às populações de baixa renda (saúde, educação, etc.), expansão das redes de água, esgoto, luz, etc. às populações de baixa renda, melhoria do abastecimento alimentar nos centros urbanos, ampliação dos programas de construção de casas populares: isenção das tarifas de água, luz, gás e de prestações da casa própria para os desempregados; criação do passe-desemprego para os transportes urbanos.

"2. Medidas de médio przo: uma reforma agrária controlada pelos trabalhadores; controle do progresso técnico e amparo aos atingidos pelo desemprego tecnológico; programas de investimento público e privado visando a absorção do exército industrial da reserva. São Paulo, 5 de março de 1983. Partido dos Trabalhadores."

A vestruzes e outros bichos

EDER SADER

O "Jornal da Tarde" do dia 6 de abril iniciou sua longa reportagem sobre o "dia de caos" em São Paulo narrando o comportamento de um "mulato espigado" que, depois de falar com saudades dos "governos revolucionários" que mantinham a ordem, acabou entrando numa loja e pegando um par de blusas. Como explicar? A resposta do articulista não está à altura da sensibilidade do repórter: faltou polícia. Aí vemos como a reação das nossas classes dominantes terminou sendo ainda mais extraordinária do que os próprios acontecimentos. Na "Folha de S. Paulo" o sr. Souza Queiroz chega a nos ensinar que a revolução francesa poderia ter sido evitada se Luis XVI tivesse sabido usar a repressão (Está assim mesmo. Confiram na página 3 do dia 7 e o homem é professor da USP e ex-diretor do Instituto de Estudos da Associação Comercial).

Assim, se o quebra-quebra nos revela muito sobre o estado de ânimo da populaço, revela mais ainda sobre a imbecilidade das nossas elites. Diante de um fenômeno da dimensão do que tomou conta da cidade, sua preocupação se volta toda para identificar "quem está por trás" e efetuar uma repressão mais eficaz. Uns enxergam trotskistas, PC do B, membros do PT, agentes pastorais. Outros identificam provocadores de extrema-direita. Outros assinalam a atuação de assaltantes comuns. Mas aonde querem chegar por aí? Certamente à alguma idéia do povo que lhes agrada e a quem eles prometem respeitar ao mesmo tempo em que voltam seu ódio contra "baderneiros", "agitadores", "delinquentes" que encontram todos os dias nas ruas.

Mas querer distinguir o "povo puro" das suas idéias do povo constituído por metalúrgicos junto com trombadinhas, luteranos com comunistas, donas de casa, com malandros, é mais insano do que pretender retirar as listras de uma zebra. Com essa "busca de responsáveis", eles estão é fugindo de um problema que deveria lhes assustar de verdade. É o fato de que milhares de respeitaveis pais de família e donas de casa, dada a oportunidade, não sentiram maiores problemas em retirar o que podiam de qualquer estabelecimento comercial.

Diante do exemplo de tanta negociata e tanto cinismo lá de cima, de Capemis e Delfins, do ganho escandaloso de uns poucos constrastando com a miséria de muitos, os dominados já não acreditam nos sagrados valores que lhes faziam respeitar a ordem. Agora o respeito à propriedasde só valeu quando a polícia estava lá para garantir. Isso deveria assustar elites menos estúpidas.

Mas em sua insuperável estreiteza, Maluf, Delfim, Marchezan e amigos só pensam em manipular dividendos políticos com os desgastes do PMDB, fingindo ignorar que são eles os alvos principais do ódio popular. Infelizmente, do lado do governo Montoro a lucidez não é maior: a preocupação de "assegurar a ordem" para tranquilizar proprietários sucedeu a incrível insensibilidade para os reclamos dos trabalhadores.

Isso não quer dizer que essa revolta popular não coloque problemas também para nós. O povo tem infinitas razões para perder a paciência, mas essa explosão sem rumo não traz em si mesma solução para seus problemas. E a verdade é que essa população não tem mais confiança em qualquer mecanismo político. Eles votam mas quando a situação aperta não acreditam que nenhuma representação possa lhes valer.

E no entanto essa insatisfação tem que ser canalizada politicamente. O que não quer dizer que qualquer partido deva enquadrá-la, cumprindo uma função domesticadora, burocratizando-a através de comitês que esquecem suas origens e de plataformas que só servem para a triste retórica de discursos que se satisfazem com a própria eloquência. Devemos sim buscar constituir comissões que mantenham a mobilização e a organização e não que se percam nos corredores dos palácios. Devemos estimular a energia popular a voltar-se para a conquista de direitos que melhorem sua situação e alimentem sua confiança nas próprias forças.

Vai nesse sentido a orientação do PT em São Paulo.

Trabalhadores reúnem-se diante da Delegacia de Polícia

Os peões de Santarém resistem à violência

Solidariedade a Geraldo Pastana

A cidade de Santarém, no Estado do Pará, foi palco, no dia 28 de março, da manifestação de solidariedade à luta dos trabalhadores rurais da região. Nesse dia, centenas de lavradores, donas de casa, comerciários, pescadores, estudantes e operários se concentraram diante da Delegacia de Polícia de Santarém para apoiar Geraldo Pastana, membro do Diretório Nacional do PT e presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém.

Farsa

Geraldo Pastana foi intimado a comparecer à Delegacia de Polícia local para cumprir formalidades relativas a um processo judicial que vem se arrastando há mais de dois anos, passando por Belém e indo até o Supremo Tribunal Federal, em Brasília.

O processo é considerado uma grotesca farsa judiciária, montada por latifundiários e políticos do PDS, para golpear a atuação firme que o Sindicato vem desenvolvendo na organização, pela base, de toda a categoria, em torno da defesa da terra par quem nela vive e trabalha; pela conquista de preços justos e por uma boa assistência à saúde para todos os trabalhadores.

Desde 1980, quando o movimento de oposição denominado Corrente Sindical "Lavradores Unidos" expulsou a pelegada e conquistou o Sindicato, aumentaram, ainda mais, as perseguições, ataques e humilhações contra os lavradores e suas famílias. Essas barbaridades são feitas por pistoleiros, elementos da Polícia Civil e Militar do Pará, bem como por funcionários de órgão do Governo Federal - INCRA e IBDF.

Em 1981, os trabalhadores santarenos realizaram grande manifestação no 1º de outubro — Dia Nacional de Luta, para protestar contra as perseguições. A mobilização e a organização dos lavradores vem crescendo a cada dia, impulsionadas também pela proximidade de eleições sindicais, marcadas para o dia 22 de maio, quando vai concorrer a Chapa 2, encabeçada por Alvelino Ganzer, e apoiada pela "Lavradores Unidos".

Por isso, as autoridades locais, mancomunadas com o PDS e com todos os demais inimigos dos trabalhadores, resolveram desengavetar o processo, começando tudo de novo, numa desesperada tentativa de apoiar o pelego que encabeça a Chapa 1, Geraldo Henrique de araújo.

Resistência

A reação do Movimento Popular foi imediata. Atendendo à convocação e várias entidades e do Internúcleo do PT de Santarém, centenas de trabalhadores acompanharam Geraldo Pastana em sua ida à Delegacia.

A massa permaneceu serena e firme, durante mais de duas horas, diante da Delegacia, sem recuar com as provocações do delegado José Palheda que, acintosamente, pegou uma metralhadora ou, com a chegada de um grupo de PMs armados de cacetes e ajudados por um carro do Corpo de Bombeiros, pronto para jogar água nos trabalhadores reunidos. A cada provocação, a massa respondia cantando, de maneira vibrante, o hino da Chapa 2.

A Polícia atrasou, deliberadamente, a permanência de Geraldo na Delegacia mas, os trabalhadores não se dispersaram. Receberam entusiasticamente o presidente do Sindicato. Carregado pela multidão, Geraldo falou: "Acabo de ser fichado criminalmente por um crime que jamais cometi. Esta é uma perseguição contra o nosso Sindicato por causa de seu compromisso com a luta dos trabalhadores em prol da liberdade e da justiça..."

Há um ano, tombava o líder Avelino Ribeiro

Os assassinos continuam impunes

O Comitê "Avelino Ribeiro" lembrou, no dia 24 de março, com missas e outras manifestações, a passagem de um ano do assassinato do trabalhador rural Avelino Ribeiro da Silva. Em nota distribuida na ocasião, o Comitê diz que no dia 24 de março de 1982 Avelino Ribeiro da Silva escreveu e assinou uma carta protestando contra a prisão dos 13 posseiros e dos 2 padres em Conceição do Araguaia. Algumas horas mais tarde, o valoroso lavrador Avelino Ribeiro da Silva tombava morto por lutar pelo direito de defender sua terra. Avelino nasceu em Panamá, estado de Goiás, no dia 25 de junho de 1936. Durante toda a sua vida, trabalhou no campo e lutou ao lado de seus companheiros. Da mesma forma que milhões de trabalhadores, peregrinou por vários estados do país em busca de trabalho para sustentar a sua família. Como milhares de camponeses sem terra, veio para a Amazônia em busca de um pedaço de chão onde viver e trabalhar. Avelino brocou, derrubou, queimou, plantou e colheu. Integrando-se na luta da sua categoria, Avelino apoiou a ação combativa da nova Diretoria do seu Sindicato, eleita em 1980. Eleito Delegado Sindical de sua Comunidade, não mediu esforços na luta em defesa dos direitos dos trabalhadores; construiu junto com os comunitários, uma escola em Igarapé Preto; realizou, com valoroso empenho, as suas tarefas de representante dos associados junto ao Sindicato; defendeu o seu legítimo direito de viver e trabalhar na terra, contra as ações do grileiro Otacílio Alves Feitosa.

Avelino

Ameaçado de morte por esse mesmo individuo, Avelino denunciou o fato ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém, que enviou às autoridades competentes um pedido de garantia de vida para o lavrador. As autoridades não deram ouvidos e o grileiro continuou impune e insistentemente a perseguir o companheiro.

No dia 24 de março, de 1982, às 5 horas da tarde, tombava assassinado pelo grileiro de terras Otacílio Alves Feitosa, o companheiro Avelino Ribeiro sa Silva".